

tempo e presença

Publicação do CEDI • Nº 278 • Ano 16 • Novembro / Dezembro de 1994 • R\$ 1,50

TRANSFORMAÇÕES NO BRASIL

PRESENÇA DO
CEDI

TRANSIÇÃO E REAFIRMAÇÃO

Esta TEMPO E PRESENÇA tem um significado histórico importante. Marca a fase final da transição operada no Centro Ecumênico de Documentação e Informação — CEDI, que ousou superar sua forma institucional de duas décadas e reproduzir-se em quatro novas entidades. Essas mudanças, efetuadas dentro de um processo amadurecido mediante fecundas discussões e conduzidas com indiscutível rigor ético, não significam, de forma alguma, ruptura com os princípios fundantes do CEDI, nem, natural e conseqüentemente, com a linha editorial de TEMPO E PRESENÇA.

A utopia do projeto inicial de participar efetivamente na construção de uma sociedade mais igualitária, justa e democrática; o arrojo de se fazer presente nas chamadas situações-limite do nosso povo; a visão e o compromisso ecumênicos em todas as atividades; e a abertura para responder criativamente às novas demandas da conjuntura social; não foram abandonadas, nem sequer diluídas nas instituições-filhas do CEDI. Ao contrário, as novas entidades se propõem ultrapassar a abrangência da atuação anterior, ter ainda mais ousadia na participação nos novos desafios da atualidade e reafirmar concretamente sua fidelidade aos valores de solidariedade, de fraternidade, de justiça, de liberdade e de respeito ao diferente, marcas constantes e inegáveis do CEDI.

Durante todo o ano de 1994, esta revista apresentou inúmeros depoimentos sobre o significado e a importância do CEDI nos

diversos setores sociais e eclesiais onde atuou, e foi indicando, de forma transparente e pública, o processo de reestruturação que a entidade se propôs. Neste número, o último sob a direção do CEDI, procuramos apresentar uma síntese das modificações mais significativas ocorridas nos campos políticos nos quais os Programas da Instituição estiveram presentes e também o dinamismo e a abertura para as mudanças que demonstraram nos últimos vinte anos.

Evidentemente, a contribuição do CEDI ultrapassou, em muito, o relatado nesta edição. São apenas amostras do que significou sua participação no processo político e social do País e no movimento ecumênico e pastoral dos últimos anos. O importante a ressaltar é que não estamos anunciando o fim de tais compromissos. A partir de 1995, com Ação Educativa — Assessoria, Pesquisa e Informação —, Instituto Socioambiental, KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço — e Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade, a utopia, os sonhos e os serviços inspiradores do CEDI se tornarão mais belos, ousados e efetivos.

Desde este próximo janeiro, TEMPO E PRESENÇA estará iniciando uma nova fase sob a responsabilidade de KOINONIA, mantendo, entretanto, seu projeto editorial e, o que é mais importante, reafirmando seu compromisso de continuar a serviço dos movimentos populares, das pastorais, do ecumenismo e de todos os grupos e pessoas que participam na construção de uma sociedade mais alegre e feliz.

Para continuar uma trajetória, que ultrapassa quinze anos, TEMPO E PRESENÇA espera contar com o apoio e a colaboração de todos os leitores e amigos, e agradece a confiança jamais negada.

O CEDI
FAZ
20 ANOS
E SE
MULTIPLICA



Ação Educativa
Instituto Socioambiental
Koinonia
Núcleo de Estudos sobre
Trabalho e Sociedade

SUMÁRIO

Relações de trabalho

- 5 MUDANÇAS NO TRABALHO
E DESAFIOS SOCIAIS
José Ricardo Ramalho

Transformações no campo

- 8 TRABALHADORES DO CAMPO:
REDEFININDO RELAÇÕES
Maria Cecília Iorio e Leonilde
Sérvolo de Medeiros

Pastoral

- 11 SONHAR É ENFRENTAR
A EXCLUSÃO
Jorge Atilio Silva Iulianelli

Educação

- 14 EDUCAÇÃO POPULAR: ENTRE
O PASSADO E O FUTURO
Vera Ribeiro e Sérgio Haddad

Relações de trabalho

- 18 A TRAJETÓRIA DO CEDI
NO MOVIMENTO SINDICAL
Nilde Balcão

Povos Indígenas

- 21 DE "VÍTIMAS DO MILAGRE"
A "ALIADOS PARA O FUTURO"
Beto Ricardo

- 25 A LEI E A SELVA
Márcio Santilli

Transformações no campo

- 27 UM PROGRAMA EM SINTONIA
COM SEU TEMPO
Neide Esterci

Pastoral

- 30 REVISITANDO UM TRABALHO
ECUMÊNICO

Ecumenismo

- 33 JORNADA NAS ESTRELAS
Paulo Roberto Salles Garcia

Rubem Alves

- 36 MULA-SEM-CABEÇA

África

- 38 APELO EM FAVOR DE RUANDA

Bíblia hoje

- 40 COM A BÍBLIA NA ESQUINA
Milton Schwantes

Resenha

- 43 ESCRAVIDÃO HOJE
Yvone Maggie



Douglas Mansur

A liturgia foi um dos elementos marcantes da 1ª Jornada Ecumênica

1 9 9 4



C E D I

CONJUNTURA BRASILEIRA E PARTICIPAÇÃO DO CEDI — Durante os últimos vinte anos, o CEDI esteve participando, de forma diversa, em importantes setores sociais da vida brasileira. Neste número destacamos especialmente cinco campos políticos nos quais os Programas do CEDI incidiram mais fortemente. Na primeira parte (páginas 5 a 17 e 21 a 26) apresentamos um balanço das modificações ocorridas nas relações de trabalho, na configuração do complexo setor rural, nas diferentes pastorais, no movimento ecumênico em transição, nos avanços e recuos das conquistas dos povos indígenas do Brasil e na compreensão do sentido da educação popular e da importância da escolarização. Num segundo momento indicamos como o CEDI, por meio de seus Programas, participou nesse processo a partir de uma variada gama de serviços. Páginas 18 a 20 e 27 a 32.

ECUMENISMO — O sucesso e a importância da 1ª Jornada Ecumênica, realizada em outubro passado, estão registrados em reportagem especial. Os números apontam para um dos mais significativos eventos ecumênicos dos últimos anos no Brasil. Página 33.

RUANDA — O país vive situação dramática de miséria, violação dos direitos humanos e instabilidade política. Esse quadro desafia o movimento ecumênico a apresentar propostas de ação voltadas a minimizar o sofrimento daquela nação e dos países vizinhos. Página 38.

RUBEM ALVES — 31 de dezembro: dia mais propício para o espanto não existe pois à meia noite se anuncia que o tempo passou. Talvez seja este o terror, a passagem do tempo... Página 34.

BÍBLIA HOJE — Milton Schwantes faz uma leve e inspiradora reflexão sobre a leitura da Bíblia nos últimos anos. Para se ler em voz alta e comunitariamente. Página 40.

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Novembro/dezembro de 1994
Ano 16 - nº 278

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR
Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES
Beatriz Araújo Martins
Maria Cecília Iório
Rafael Soares de Oliveira

EDITORA DE ARTE
Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR
Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA
Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA
Supernova

FOTOLITO DA CAPA
Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 1,50

Assinatura anual
R\$ 9,00

Assinatura de apoio
R\$ 15,00

Assinatura/externo
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Sou assinante da Revista TEMPO E PRESENÇA desde o ano de 1985.

Aprecio muito e não a troco por muitas outras...

Faço divulgação e a recomendei para muitos agentes de pastoral.

Nilce L. Guimarães
Goiânia/GO

Parabenizo o CEDI pelo importante trabalho de reflexão que vem fazendo e ajudando tantas pessoas através da Revista TEMPO E PRESENÇA. Faço votos de um sucesso sempre maior.

Maria Auxiliadora Vasallo Grande

São Bernardo do Campo/SP

Foi com grande satisfação que eu renovei a minha assinatura desta conceituada revista, que ajuda muito no meu trabalho pastoral. Vocês estão de parabéns com a Revista TEMPO E PRESENÇA. Continuem firmes que nós estaremos divulgando o vosso trabalho e animando o pessoal a assinar, pois todo conteúdo é importante. Um axé!

José Figueiredo
Bauru/SP

TEMPO E PRESENÇA EM NOVA FASE

A revista TEMPO E PRESENÇA será editada, a partir de janeiro de 1995, por KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço, uma das organizações originárias do CEDI. Será mantida a linha editorial, melhorado o projeto gráfico e ampliado o campo de atuação. Seu apoio, indispensável e jamais negado, e sua assinatura são elementos importantes para a nossa continuidade.

Com minha vinda do Norte para cá fiquei uns meses sem receber a revista, o que serviu mais uma vez para constatar que para ter um excelente material auxiliando no trabalho pastoral, ou seja, no fortalecimento de uma igreja popular, movimentos sociais populares e políticos, na construção da democracia, da Vida, enfim, TEMPO E PRESENÇA é simplesmente indispensável.

Irdes Guadagnin
Conceição da Barra/ES

Recebo TEMPO E PRESENÇA há três anos. Foi através dela que fiquei conhecendo um pouco da história do CEDI, principalmente neste ano de 1994 com os depoimentos de alguns de seus membros. Percebi que o trabalho de

vocês ao longo destes vinte anos foi muito corajoso e profético, recheado de incertezas, porém imbuído de muita esperança.

Faço votos que continuem com este bonito trabalho de militância em favor do Reino de Deus que começa a ser construído aqui, no tempo presente. Renovo minha assinatura na certeza de que KOINONIA continuará a contribuir com esta construção. Rezo por isso.

José Afonso Chaves
Barbacena/MG

Em função da importância desta revista para nossa coleção e também a procura por parte de nossos usuários, solicitamos o envio de alguns números.

Biblioteca CINEP
Santa Fé de Bogotá/Colômbia

Sou assinante da Revista TEMPO E PRESENÇA há cinco anos e pretendo renovar minha assinatura, porque constantemente somos desafiados pela realidade, e esta revista tem sido um forte instrumento para uma leitura crítica na perspectiva dos oprimidos.

Antonio de Assis da Silva
Belém/PA

VOCÊ JÁ É ASSINANTE DE TEMPO E PRESENÇA?

Na atual conjuntura do Brasil e da América Latina a revista TEMPO E PRESENÇA tem-se constituído em uma referência importante. Analisando as questões e os desafios dos movimentos sociais e das pastorais populares, ela oferece subsídios para o desvelamento da realidade e para o avanço do processo democrático.

TEMPO E PRESENÇA renova seu compromisso de continuar, em 1995, o seu projeto editorial, ampliando e melhorando ainda mais a sua forma e conteúdo.

MUDANÇAS NO TRABALHO E DESAFIOS SOCIAIS

José Ricardo Ramalho



J.R. Ripper / Imagens da Terra

As modificações nas atividades produtivas, verificadas nas últimas décadas, têm acarretado alterações nas empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no próprio processo de negociação dos sindicatos

As transformações no mundo do trabalho vêm afetando de modo decisivo as sociedades industriais em escala planetária. Formas de produção consideradas superadas pelo desenvolvimento de um capitalismo de tipo monopolista retornam numa outra dimensão, reincorporadas a uma lógica de acumulação que enfatiza a competitividade e a qualidade. O processo de reestruturação das ati-

vidades produtivas, principalmente a partir da década de 1970, inclui inovações tecnológicas e novas formas de gestão da força de trabalho. Isso tem resultado aumento significativo nos índices de produtividade, profundas alterações no relacionamento entre as empresas e nas formas de organização da produção, interferindo nas relações de trabalho e no processo de negociação com as insti-

tuições de defesa dos trabalhadores — os sindicatos.

Essa reestruturação, no entanto, vista por muitos como inevitável dentro da racionalidade do mercado, tem trazido também graves problemas sociais quanto ao nível de emprego e à garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo desse século. Ao mesmo tempo que os índices de desemprego se tornam elevados, inclusive nas economias centrais, em muitos países do mundo aplica-se uma política de desmantelamento da ação do Estado nas áreas

Ao mesmo tempo que os índices de desemprego se tornam elevados, inclusive nas economias centrais, em muitos países do mundo aplica-se uma política de desmantelamento da ação do Estado nas áreas sociais

sociais. Nos países subdesenvolvidos, a flexibilização das relações de trabalho só faz aumentar o mercado de trabalho informal e o desemprego.

O que mudou no mundo do trabalho. Fala-se em globalização da produção industrial. De fato, as empresas multinacionais, em busca de maiores níveis de lucro, estendem sua presença por regiões geográficas e econômicas que oferecem uma força de trabalho com salários baixos e menores despesas com benefícios sociais.

No que se refere a inovações tecnológicas e de gestão, estratégias derivadas do chamado “modelo japonês”, embora efetivas em apenas algumas grandes empresas no próprio Japão, vêm sendo alar-

deadas como solução para todos os males, resultante da falta de competitividade e das dificuldades no controle da força de trabalho. Novas formas de gestão se associam à anunciação da “modernidade”. No Brasil, aparecem como o caminho inexorável da produção industrial, e termos como “qualidade total”, “*just in time*” e outros passam, de repente, a fazer parte do vocabulário das empresas brasileiras, que impingem aos trabalhadores um discurso “civilizador” sobre a necessidade de aderir aos novos tempos.

A implementação da terceirização no Brasil já se transformou em imposição aos empresários que querem sobreviver num mercado cada vez mais competitivo. Atribuem-se a firmas “terceiras” tarefas anteriormente realizadas pelas empresas principais, tudo em nome da produtividade e da competitividade. No entanto, na situação de um mercado de trabalho pouco qualificado e com muita disponibilidade de mão-de-obra, a economia de custos tem efeitos devastadores sobre a oferta de emprego e sobre os que dele dependem para a sobrevivência — a própria e a da família.

Reinventam-se o trabalho a domicílio, à moda do tempo da Revolução Industrial. Famílias inteiras passam a usar o espaço doméstico para a produção, a jornada de trabalho não tem hora para começar ou acabar e as relações de gestão se confundem com as de autoridade familiar. A necessidade de subsistência estende as tarefas do trabalho a todos os membros da família, sem exceção (homens, mulheres e crianças). E tudo isso, hoje, acrescido da exigência de uma qualidade dos produtos nunca antes vista na história da indústria.

O sindicato e as transformações. O processo de reestruturação industrial afeta o movimento sindi-

CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

Um dos economistas fundadores da “teoria da dependência”, Theotonio dos Santos, chama atenção para um fenômeno novo, do qual muitos dirigentes dos países subdesenvolvidos ainda não tomaram consciência. A geração de empregos, que é o grande desafio do mundo atual, passa por uma profunda transformação. À medida que os países centrais monopolizaram os benefícios da revolução tecnológica, chave para a produção da ciência e do conhecimento, “se apropriaram dos efeitos positivos do processo de transformação global a nível mundial”.

Ao concentrar-se os recursos tecnológicos nos países desenvolvidos, estes têm agora em seu poder os setores que passaram a ser grandes geradores de emprego no mundo moderno: serviços, informação, ciência e tecnologia.

Na medida em que os países do Terceiro Mundo se convertam em produtores industriais, estarão desenvolvendo os setores da economia nos quais a geração de emprego é atualmente negativa.

Paradoxalmente, a industrialização do Terceiro Mundo criará as condições para que o desemprego aumente nesses países e não o contrário. Com um agravante: em geral, um processo desse tipo depende ainda de mão-de-obra barata e da disponibilidade de matérias-primas, característica de muitos dos países do Terceiro Mundo. Ou seja, continuará a exploração tanto dos recursos humanos como materiais.

Fonte: “Cadernos do Terceiro Mundo”, Ano XX, nº 177, setembro de 1994.



J.R. Ripper / Imagens da Terra

cal em todo o mundo. Ressalvadas as especificidades históricas de cada país, notam-se uma tendência geral de queda nos níveis de sindicalização e principalmente uma postura defensiva, na busca da manutenção do número de empregos e das conquistas trabalhistas obtidas por meio das lutas do passado. Na verdade, os grandes movimentos de enfrentamento com o capital permanecem simbolicamente presentes nas disputas de hoje.

A estratégia gerencial de considerar a participação dos trabalhadores nas decisões quanto ao processo de produção — em alguns casos concede ao operário uma certa autonomia —, a implementação de uma política de entrosamento do trabalhador com os objetivos da empresa e a diminuição dos postos de trabalho enfraquecem a ação sindical, principalmente as organizações estruturadas sobre concepção de conflito permanente com o empresariado.

No Brasil, mesmo com certa diminuição do número de greves nos anos recentes, foram as paralisações trabalhistas do final dos anos de 1970 e dos anos de 1980 que transformaram o movimento sindical em interlocutor necessário

A implementação da terceirização no Brasil já se transformou em uma imposição aos empresários que querem sobreviver num mercado cada vez mais competitivo

para governos e empresários. Nesse caso, o confronto aberto no passado propiciou o arcabouço essencial da força de negociação do presente. As discussões entre trabalhadores, empresários e governo nas câmaras setoriais vêm demonstrando maturidade por parte dos sindicatos no sentido de buscarem uma solução negociada para o desemprego e para os problemas gerados pela terceirização e pela introdução de novas tecnologias.

Os problemas, no entanto, permanecem. O grau de flexibilização já existente no mercado de trabalho brasileiro (basta lembrar que aproximadamente metade da população economicamente ativa no País não tem carteira assinada) dificulta a luta sindical. Além disso, o próprio sindicato precisa, em seu

cotidiano, rever as estratégias de atuação. Políticas que não levem em consideração a força de trabalho feminina, as diferenças geracionais entre os trabalhadores e o crescimento do trabalho a domicílio, entre outras razões, estão fadadas ao fracasso.

Busca de alternativas. A globalização da economia e da produção de bens industrializados é anunciada como tendência inevitável desse final de século. A flexibilização do mercado de trabalho e a informatização acelerada das atividades produtivas e de serviços diminuem a oferta de empregos nos diversos setores da economia. Para os postos de trabalho que permanecem, o grau de exigência, por meio da formação educacional, é cada vez mais elevado. Nesse sentido, países como o Brasil, que já têm sérias deficiências relativas à debilidade de seu sistema educacional básico, vêm aumentadas as dificuldades diante do tipo de qualificação exigido nas novas condições.

Não existem soluções globais para o desemprego. Alternativas de desenvolvimento e de emprego próprias para cada situação social devem ser buscadas. Cabe aos movimentos sociais — e principalmente aos sindicatos — se mobilizarem por novos tipos de contrato que levem em consideração a necessidade de criação/manutenção de postos de trabalho, associada ao crescimento econômico e ao respeito aos direitos sociais e individuais básicos.

José Ricardo Ramalho é sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais do IFCS/UFRRJ, e um dos organizadores do livro *Terceirização — Diversidade e negociação no mundo do trabalho* (NETS/CEDI, Hucitec, São Paulo, 1994). É também membro da diretoria do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (NETS).

TRABALHADORES DO CAMPO: REDEFININDO RELAÇÕES

Maria Cecília Iorio e Leonilde Sérvolo de Medeiros

O artigo se propõe a elucidar razões da constituição e diversidade de novos atores e novas alianças no cenário político do âmbito rural brasileiro

Após um período de euforia desenvolvimentista, o qual teve como traços marcantes no campo a acelerada modernização tecnológica das atividades agrícolas, a constituição de complexos agroindustriais, a expansão da fronteira mediante incentivos fiscais e a implantação de grandes projetos hidrelétricos, redefiniu-se o espaço da agricultura como atividade econômica e ocorreram profundas transformações nas relações sociais. Ao contrário, no entanto, do que alguns teóricos previram e do que enunciaram os projetos governamentais, o Brasil chega ao final do século evidenciando a permanência de uma “questão agrária”.

Em meados dos anos de 1990, o quadro com que nos deparamos é grave: denúncias de trabalho escravo; presença de grande contingente de assalariados, incluindo crianças, cujos salários e condições de trabalho os colocam em uma situação de privação quase absoluta; existência de milhares de famílias, em busca de terra, acampadas por vários estados do Brasil; e migrações para os centros urbanos, estendendo para as cidades médias a deterioração já insu-

portável das grandes metrópoles.

Entretanto, ao mesmo tempo que desenhamos um mapa de mazelas, também é facilmente constatável uma vitalização das lutas no campo, portadoras de uma diversidade de expressões, sujeitos e reivindicações.

Emergência de novos atores.

Perpassando os anos de 1970 e ganhando visibilidade nos anos de 1980, diferentes iniciativas das populações rurais vêm-se tornando conhecidas da sociedade brasileira por intermédio dos meios de comunicação. Estes não apenas trazem a público as tensões existentes no campo, como apontam a falência de um modelo de desenvolvimento baseado na exclusão econômica e social.

Lutas por terra, com ocupações e acampamentos; emergência de demandas de um segmento modernizado da produção familiar, os “integrados”, sócios menores e subordinados à agroindústria; resistência à derrubada das florestas, representando a defesa da manutenção de uma determinada relação com a terra e com a floresta; greves de cortadores de cana e apanhadores de laranja; movimentos pela previdência social; reivindicações por reconhecimento da mulher como “trabalhadora”; manifestações de atingidos por barragens, exigindo terra e questionando as diretrizes da política energética governamental. Estes são apenas alguns dos exemplos que indicam um movimento de permanente constituição de novas identidades e novos atores no cenário político.

O processo, que denota a vitalidade dos “rurais”, foi, todavia, marcado pela violência. As ações do patronato, o descaso dos governos federal e estadual, o comprometimento de algumas polícias civis e militares e a omissão do Judiciário permitiram que 1.009 pessoas, na maioria trabalhadores e lideranças, mas também agentes de pastoral, padres e advogados, fossem assassinadas no período de 1984 a 1993, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A mobilização dos trabalhadores trouxe ao sindicalismo, às igrejas — em especial aos organismos que atuam no campo —, às organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho com esses segmentos e a estudiosos do tema inúmeras questões e o desafio de um repensar constante sobre a realidade rural brasileira.

A diversidade de atores, a identificação de particularidades culturais, a vivência em ecossistemas distintos e a necessidade de políticas governamentais em sintonia com essas especificidades colocaram no centro dos debates vários aspectos que passamos a pontuar e que merecem aprofundamento em pesquisas futuras.

Muitas lutas, novas questões.

Durante a década de 1980 surgiram, lado a lado com o crescimento e a diferenciação da rede sindical, diversos movimentos, alguns dos quais acabaram-se institucionalizando. O Movimento Sem-Terra (MST) consolida-se em vários estados e constitui uma dire-

ção nacional que coordena as decisões sobre as ações em âmbito local. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) congrega iniciativas de luta contra as barragens, as quais se organizam em comissões regionais, como é o caso da Comissão Regional dos Atingi-

nesta década, como a dos quilombolas de diversas regiões do País, os quais reivindicam o reconhecimento da propriedade da terra que ocupam ancestralmente, a das quebradeiras de coco de babaçu, que se organizam em torno de reivindicações tais como o livre acesso aos

Nesse processo, novos temas surgiram, como os de gênero, ambientais, tecnologias apropriadas, políticas de desenvolvimento, melhores condições de vida. Mas também têm sido atualizados e dados novos conteúdos a temas recorrentes nos conflitos sociais rurais, como direitos trabalhistas e previdenciários, reforma agrária e melhores preços para produtos agrícolas. Além de seu caráter de demandas gerais são agregados conteúdos específicos que apontam para o resgate da dimensão local e particular de muitas lutas.

Se a força de alguns desses movimentos deriva, em grande medida, por um lado, de sua capacidade de expressar as condições particulares em que estão submersos, por outro, reside na possibilidade de articular alianças que potencializam a universalidade dos temas de que são portadores.

Novas alianças. Nos últimos anos, constata-se a presença de entidades que, por meio de atividades de assessoria, mediação de diversas relações, captação de recursos, denúncia de arbitrariedades, etc, vêm ganhando importância (e também gerando conflitos) perante organizações dos trabalhadores, ligando-as a uma rede mais ampla, fortalecendo determinadas concepções, dando visibilidade a demandas e ações, refazendo a rede de alianças.

Em que pese sua diversidade e localidade, cada vez mais os movimentos de trabalhadores do campo constituem elos com outros movimentos ou entidades, nacionais e internacionais. E, nessa rede, é cada vez mais difícil pensar em amplas e unitárias articulações que permearam as análises dos anos de 1970 e de parte dos anos de 1980 como, por exemplo, as possibilidades de uma aliança operário-camponesa. Criam-se outras possibilidades para promo-



J.R. Ripper / Imagens da Terra

dos por Barragens (Crab), coordenações, como a Coordenação dos Atingidos por Barragens da Amazônia (Caba) ou em sindicatos como o Pólo Sindical do Submédio São Francisco. O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) emerge como uma entidade autônoma cuja ação se estende pela Amazônia, completando e às vezes superpondo-se ao movimento sindical. A luta das mulheres cresce e ocupa espaços tanto na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) como no Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), exigindo autonomia e lugar para suas questões. Os movimentos associativos de pequenos produtores buscam melhores condições de acesso ao mercado e ao crédito.

Se olharmos atentamente, perceberemos que outras iniciativas começam a ganhar visibilidade

babaçuais e uma política de preços que garanta remuneração adequada para seu trabalho e contingenciamento às cotas de importação.

Em qualquer das situações acima apontadas, um elemento aparece em comum: o questionamento em torno dos formatos organizativos até então vigentes, explicitando o fim do monopólio sindical no que se refere ao direito de falar pelos trabalhadores rurais. Na emergência das novas formas de organização, por vezes produziu-se uma relação tensa com os sindicatos em torno da representação; em outros casos, elas convergiram, abrindo suas demandas; e, ainda, em outros, foi a prática sindical que produziu condições para a constituição do novo. De qualquer forma, sua própria existência acaba por levar aos sindicatos questões não percebidas ou não priorizadas em seu dia-a-dia.

ver ações conjuntas, expressas na importância que, nos anos de 1990, ganham palavras como “direitos”, “cidadania”, “dignidade”, “sustentabilidade”, “solidariedade internacional”, que passam a permear tanto os debates políticos como as análises acadêmicas.

Redefinindo a relação com o Estado. Entre o “dar as costas ao Estado”, como pregavam diversos movimentos no início da década de 1980, e a busca de canais institucionais de diálogo, negociação e participação, há um rico aprendizado. O processo de democratização tem explicitado a captura de diversos organismos de Estado por uma rede de interesses particularistas e a fragilidade dos mecanismos democráticos de intermediação de interesses. Está colocado

AS BANCADAS RURALISTA E AGRÁRIA NO CONGRESSO

A questão agrária continuará sendo um tema candente na legislatura de 1995. A bancada ruralista — acomodada nos partidos que devem compor a base de sustentação do novo governo — permanece como um dos principais entraves ao processo de reforma agrária. Apesar da ausência de expressivas lideranças no novo Congresso, como os deputados Ronaldo Caiado (PFL-GO), fundador e ex-presidente da UDR, que perdeu a disputa para o governo de Goiás, Otto Cunha (PPR-PR) e Victor Faccioni (PPR-RS), ligados à UDR, ela mantém sua força, passando a somar cerca de 150 parlamentares.

O desafio que se impõe aos movimentos sociais e aos partidos políticos que defendem a democratização da posse da terra é criar uma mobilização capaz de pressionar o governo a cumprir o compromisso com a reforma agrária.

Para tanto a base daqueles que defendem esses propósitos na bancada agrária, que na atual conjuntura, tem maior número de representantes dos trabalhadores rurais, passou de 35 para 50 deputados e de um para cinco senadores. Foram reeleitos: Adão Pretto (PT-RS), Alcides Modesto (PT-BA) e Valdomiro Fioravante (PT-RS).

Fonte: INESC, outubro/94.

aos movimentos sociais o desafio de fortalecê-los ou construí-los.

O crescimento, na sociedade brasileira, da discussão sobre participação nas decisões vem reforçando a necessidade de que as organizações de trabalhadores disponham de conhecimentos qualificados, capazes de produzir questionamentos que possam acrescentar propostas alternativas às denúncias e obter legitimidade e articulação suficientes que evidenciam possibilidades de mobilização social e produzam deslocamentos efetivos de poder. Se, no meio rural, ainda não são muitas as experiências nessa direção, não há como negar a importância que essa discussão vem assumindo.

O fortalecimento das lutas dos trabalhadores rurais vai ainda na direção de ter presença nas instâncias legislativas e executivas, com a eleição de vereadores, prefeitos em pequenas cidades do interior, deputados estaduais e federais. Sem dúvida, são processos incipientes, mas que apontam para um molecular rearranjo de forças políticas.

Rearranjo ruralista. Mudanças profundas ocorreram no que comumente é chamado de setor patronal da agricultura. A pressão pela realização de uma reforma agrária produziu um reordenamento na representação política patronal, gerando o aparecimento da União Democrática Ruralista (UDR), ainda no bojo das disputas em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985). Fica patente, por meio dele, que os apelos feitos pelo empresariado rural em direção à modernização não excluem a atualização dos velhos métodos de violência. A célebre frase “Para cada fazenda invadida, um padre morto” explicita a permanência de traços fortes de uma cultura política excludente e autoritária.

A redução dos subsídios, no início da década de 1980, e a crise econômica tornaram também visível outra face do setor. Novas articulações políticas reavivaram as disputas no interior do sindicalismo patronal, representado pela Confederação Nacional da Agricultura, e também promoveram articulações não-sindicais, visando a pressão sobre o Congresso Nacional, em defesa de seus interesses corporativos. Este é, por exemplo, o caso da Frente Ampla da Agricultura Brasileira (FAAB).

A melhor expressão das transformações que ocorreram nesse segmento é a recente criação da Associação Brasileira de Agrobusiness (Abag). Esta, incorporando algumas temáticas em debate na sociedade civil, como o lugar da produção familiar, a exclusão, a fome e a segurança alimentar, as redefine segundo o ponto de vista do *agrobusiness*. Vale ainda mencionar a presença de expressiva liderança empresarial rural na coordenação do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

Há que se considerar também a força política do setor, indicada pelos resultados da última eleição. Segundo o jornal “Folha de São Paulo”, a bancada ruralista do Congresso, que vem mostrando sua capacidade de fazer frente às políticas governamentais que a desagradem, cresceu substantivamente, passando de cerca de cem para aproximadamente cento e cinquenta deputados, além de ter apresentado um sensível fortalecimento também no Senado.

Maria Cecilia Iorio é mestre em Sociologia e coordenadora do Programa Movimento Camponês e Igrejas (CEDI). Leonilde Sérvo de Medeiros é professora do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ, doutoranda na Unicamp e colaboradora do Programa Movimento Camponês e Igrejas (CEDI).



Marinha Braga

SONHAR É ENFRENTAR A EXCLUSÃO

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Sonho, confusão, exclusão. O autor sinaliza com estes termos etapas marcantes vivenciadas pelos cristãos desde o Concílio Vaticano II (1962) até os dias de hoje

Identificar os desafios legados especialmente pela atuação dos cristãos na busca criativa de sinalizar o Reino de Deus no cotidiano da história. Esta é a forma como compreendemos a pastoral. Este artigo procura rever a conjuntura eclesial dos últimos trinta anos, sempre sob a perspectiva da interseção Igreja e sociedade. Para tanto, parece ser apropriado uma visão em etapas desse período, as quais serão demarcadas por fatos nacionais e internacionais que possuem interferência direta na dinâmica da pastoral desenvolvida pelos cristãos.

A primeira etapa — referida como a do sonho — estende-se de 1962 a 1968 e compreende o início do Concílio Vaticano II e a II Assembléia da Conferência do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín (Colômbia). Entre 1968 e 1985 demarcamos uma etapa conturbada, que se dá entre a Conferência de Medellín e a expulsão de professores do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e a chamaremos de etapa da confusão. A terceira e última é vivenciada a partir de 1985, na qual experimentamos com muito maior rigor e profundidade a temática desafiante da exclusão.

Nossa preocupação estará voltada, sobretudo, para as duas últimas etapas. Esperamos estar contribuindo para a visualização dos desafios que permanecem e daqueles que surgem com as mudanças que a sociedade enfrenta.

SONHO (1962-1968)

Muito se pensou e escreveu acerca desse período. Para o movimento ecumênico, o auge da “guerra fria” não significava muito mais que a valorização, em terras do Terceiro Mundo, sob a sombra da Revolução Cubana, do tema da justiça e defesa da dignidade das

maiorias. Porém, para a Igreja Católica era como um despertar de uma profunda letargia. Os ventos sopraram. A opção não se dava entre comunismo ou capitalismo, mas entre justiça e seu contrário. As propostas do Vaticano II tiveram encarnação latino-americana na Conferência de Medellín. Nela, às experiências da Ação Católica acrescentava-se o surgimento e confirmação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas falavam de um modelo de Igreja que, em Medellín, fora chamado de células eclesiais. Tempos de sonhos.

No nordeste brasileiro, em 1962, teve lugar a famosa Conferência do Nordeste, caracterizada pela preocupação, por parte dos protestantes, com o futuro do País, conforme o próprio tema sugeria: "Cristo e o processo revolucionário brasileiro". Os sonhos se construíam. Nos Estados Unidos, Rubem Alves apresentava sua dissertação com o título de "Teologia da Libertação" (modificado para "Teologia da Esperança"), ao mesmo tempo que Gutiérrez e Hugo Assmann lançavam suas obras. O sonho era de que os cristãos, comprometidos com a valorização da vida, especialmente a do pobre, iriam descobrir caminhos de transformação, alimentados pela Palavra e fiéis à solidariedade com os empobrecidos.

CONFUSÃO (1968-1985)

Se o ideal revolucionário fora alimentado pela sombra de Cuba, o novo modelo tinha como fonte de inspiração o movimento de guerrilhas, urbanas e rurais, no qual as esquerdas se inspiravam. Contudo, em 1968 houve um grande baque: Che Guevara foi morto e seu corpo brutalmente exposto por seus verdugos. Mas, à sua sombra se construíram novas experiências de esquerda, até mesmo as que brotaram em terreno eclesial. A confusão se iniciou à sombra de Che.

Esperava-se que os empobrecidos pudessem efetivamente conquistar o poder para redistribuir de modo equitativo a riqueza por eles produzida. As igrejas e os cristãos possuíam papel fundamental em cooperar na organização dos empobrecidos para esse fim. As pastorais sociais e as CEBs, na Igreja Católica Romana, e as entidades ecumênicas e os setores abertos a essa motivação, nas igrejas protestantes (assim chamados "ilhas de dissidência"), estavam comprometidos com esta tarefa: organizar os empobrecidos com vistas a efetivar com maior vigor os sinais do Reino de Deus que se dão, especialmente, por meio da justiça.

O clamor por justiça permanecia sendo o ímpeto que calava fundo. Não sem motivos incorreu-se no malogro da ideologia pastoral e acentuou-se a preocupação político-social em detrimento da dimensão afetivo-espiritual-mística. Esse acento teria sido nada não

fosse o pragmatismo com que passou a ser observado. Difundiram-se de modo bárbaro os manuais sobre como trabalhar com o povo (no estilo "faça você mesmo"), repetindo o já comprovado engodo de métodos como alguns que circulavam. A simbiose se deu de modo grave.

O final dos anos de 1970 foi ainda mais grave nesse sentido. Fundamental para o processo democrático brasileiro foi o envolvimento da Igreja, incentivando a organização popular em diversos níveis, até mesmo partidário. Porém, confundiu-se o que era meramente supletivo, dado o momento ditatorial que se vivia, com o que deve ser permanente. A diferença entre comunidades cristãs e núcleos de partido muitas vezes não se verificava.

Mas, talvez a principal confusão tenha sido o erro de avaliação do potencial desse novo modelo eclesial que se inaugurava. Deu-se

CULTOS AFRO-BRASILEIROS

No Brasil, não há como ignorar a importância e o vulto dos ritos de origem negro-africana. Eles congregam setores expressivos da população em todo o território nacional e continuam a crescer, tanto em grandes metrópoles (do Sudeste e do Nordeste, sobretudo), como em cidades médias e pequenas, e, em menor escala, nas áreas rurais do interior.

Nas metrópoles, a importância das comunidades e organizações religiosas afro-brasileiras tem a máxima expressão. É o caso da Umbanda (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) assim como do Candomblé (ou Xangô) nas capitais nordestinas (Salvador, Recife, Maceió e Aracaju), somente para falar apenas das formas mais difundidas e conhecidas.

A significativa presença dessas religiões no Brasil se deve à entrada maciça de africanos trazidos pelo tráfico e submetidos à escravidão, desde o século XVI até o século XIX. Foram cerca de quatro milhões de pessoas forçadas a migrar nesse período, provenientes de várias regiões da África: do vasto trecho ao longo da Costa Ocidental (do Senegal e Gâmbia, até Angola, incluindo áreas do interior, como Zaire) e também da Costa Oriental (Moçambique e Ilha de Madagascar). Instaurando seus "terreiros" e cultos, mantendo vivas suas crenças e tradições, africanos e seus descendentes erigiram uma cultura de enfrentamento da violência dos escravocratas no Brasil.

Fonte: Projeto KOINONIA, 1994.

por constituído o que estava apenas em formação; pensou-se que o processo histórico e histórias biográficas pudessem ter a mesma dinâmica; não se previu a capacidade de assimilação de discurso e prática que as elites dirigentes eram capazes de absorver e inverter ideologicamente. Rapidamente deixou de ser claro quem eram os inimigos e os aliados, quem estava conosco e contra nós. Externamente a Igreja Popular, ou como quer que a chamasse, dava sinais de fragilidade, e, talvez aí, assinalasse sua força.

Juntamente com esse processo davam-se três outros. Por um lado, internamente na Igreja Romano-Católica reforçava-se o enrijecimento doutrinário e jurídico-normativo. O centralismo do pontífice polonês demonstrava que ele pretendia maior uniformização e controle dos processos mundiais da Igreja. Isso fortalecia movimentos internos na Igreja que não se contrapunham às orientações papais, tais como *Opus Dei* e Renovação Carismática, que, apesar de distintos, apresentam semelhanças.

De outro lado, havia o crescimento de novos movimentos religiosos, especialmente a partir de meados dos anos de 1970. Estes não ofereciam muita preocupação enquanto se apresentavam como propostas atinentes a setores da classe média. Porém, como vieram a difundir-se entre as camadas populares e empobrecidas com muito maior vigor que as propostas da Igreja Popular, inspiraram intensa preocupação e reflexão, especialmente o Pentecostalismo Autônomo. Entre outras coisas, assim como o Pentecostalismo Tradicional, ele foi responsável por conversões de agentes da Igreja Popular.

Além disso, passou a ser reafirmada a pluralidade religiosa do Brasil. Era um olhar para o ovo de

Colombo. Começou-se a admitir uma experiência cultural do catolicismo muito mais forte que a experiência evangelizadora do catolicismo no País e a coexistência, muitas vezes com fortes graus de complementaridade, como afirmam alguns antropólogos de religiões afro-brasileiras, especialmente. A pluralidade religiosa da sociedade brasileira admitida implicava novas posturas por parte das igrejas cristãs.

EXCLUSÃO (1985-...)

Se os dois períodos anteriores tiveram como fonte inspiradora processos revolucionários, este apresentou derrotas eleitorais e derrubadas ideológicas (1989). Simultaneamente, caiu o Muro de Berlim, os sandinistas foram derrotados e Lula perdeu as eleições presidenciais. Sob esse signo, o da derrota, deu-se o novo processo. Além disso, se antes o problema era a marginalização de amplos setores da população nacional, agora é a exclusão da maioria da população mundial, alijada de todo e qualquer processo econômico o que preocupa. É o neoliberalismo com sua lógica de exclusão.

A mudança da dinâmica político-social-econômica teve ingerências muito maiores do que se podia pensar nas experiências pastorais. Não apenas voltando a atenção aos setores mais excluídos como as prostitutas, os meninos e meninas de rua ou os catadores de lixo, mas, sobretudo, fazendo com que se revisitasse o sonho. O tema da opção evangélica pelos empobrecidos tornou-se muito mais evangélico: não há poder possível para as maiorias empobrecidas, é no não-poder que tem que se construir essa solidariedade.

Ao lado do tema da libertação, levanta-se o da proscricção. Não apenas a solidariedade com os excluídos pelo neoliberalismo, mas a capacidade de optar por não aderir

Numa sociedade excludente e empobrecida, os cristãos são chamados a testemunhar sua fé na justiça de Deus que promove e constrói a solidariedade

a essa lógica da exclusão, assumindo, assim, até às últimas consequências, a morte, se preciso for. Resgata-se a continuidade do tema da justiça e adiciona-se o da mística do proscrito, daquele que se abre aos outros numa atitude de diálogo.

Os desafios que brotam nessa nova etapa de nossa história são mais radicais, porque ultrapassam as fronteiras da confessionalidade de nossas igrejas. A tarefa central delas certamente consiste no aprofundamento da experiência ecumênica, na sua radicalização. O sinal mais rico desse processo é o que se tem dado nos encontros intereclesiais: o brotar de um diálogo mais fecundo entre os empobrecidos, que são cristãos das mais diversas cores, e adeptos das religiões afro-brasileiras, e disseminados por diversos povos indígenas, e negros, mulheres e crianças.

Os empobrecidos possuem mais identidades que a de empobrecidos, carregam consigo culturas e jeitos de amar diversos. Numa sociedade mais urbana, mais excludente, mais empobrecida, os cristãos são chamados a testemunhar a fé na justiça de Deus que promove e constrói a solidariedade.

Jorge Atilio Silva Iulianelli é leigo católico, mestrando em Filosofia e integra a equipe de KOINONIA — Presença Ecu-mênica e Serviço.

EDUCAÇÃO POPULAR: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

Vera Ribeiro e Sérgio Haddad

Emergindo do discurso generalizado sobre a crise dos movimentos populares, dos paradigmas e das utopias, a Educação Popular vem tematizando sua refundamentação, revisando criticamente princípios e práticas que constituíram sua identidade nas décadas de 1970 e 1980. Nessa conjuntura, Ação Educativa “refunda” a experiência do CEDI e afirma a centralidade do educativo na ação política dos grupos populares e da educação pública na construção de uma sociedade democrática

A Educação Popular foi um dos conceitos fundantes do CEDI. Em sua origem na década de 1960 — naquele momento era ainda CEI —, a instituição optou por enfrentar a conjuntura de ditadura com uma série de trabalhos educativos, pequenos e permanentes. Buscava-se fortalecer estrategicamente novos atores sociais. Sonhava-se em transformar em realidade a utopia socialista, mediante o restabelecimento e a consolida-



Arquivo do CEDI

Curso de formação de alfabetizadores. MEB (Movimento de Educação de Base) 1985, Fonte Boa/AM

ção de uma sociedade democrática, participativa e fraterna.

A partir de um compromisso ecumênico, essa opção política uniu cristãos que comungavam uma leitura bíblico-teológica afinada com a Teologia da Libertação e não-cristãos que compartilhavam os mesmos valores e intenções, em trabalhos que se identificavam como de Educação Popular.

Tal paradigma abrangia um amplo conjunto de experiências educativas em diferentes aspectos das condições de vida dos excluídos: saúde, educação, moradia, terra, trabalho, direitos humanos, participação popular. Fazia-se pesquisa participante e análise de realidade a partir do local. Mantinha-se forte identidade com o não-formal, almejava-se uma vinculação imedia-

ta com a ação política, com a arregimentação, organização e formação de atores sociais.

Além de politizadas, eram experiências que se propunham como alternativas aos trabalhos educativos de caráter autoritário praticados por partidos, igrejas e sistema escolar então subjugado pelas formas tecnocráticas promovidas pelo governo militar. Finalmente, era uma forma de redescobrir o Brasil a partir dos excluídos, o que significava um processo mútuo de aprendizagem.

Especialização e abertura. Na década de 1980, a conjuntura passou a impor novos desafios. Os movimentos sociais que emergiram com a luta pela democratização ganharam presença, alguns se

institucionalizaram e qualificaram as demandas. Ao mesmo tempo, com a abertura política, configurou-se um campo de interlocução entre setores organizados da sociedade civil e o Estado; a discussão das políticas públicas substituiu a crítica incondicional aos governos. Finalmente, nesse contexto de democratização e de mobilização da sociedade, o profundo descaso com que foi tratada a educação escolar no Brasil foi denunciado pela população que se organizava para lutar por escolas ou para “fazer” escolas alternativas onde não havia tal serviço. Isso obrigou os agentes a reverem os discursos atrasados, que viam na escola apenas o lado conservador, orientados pela sociologia reprodutivista tão em moda na época.

Do amplo campo da Educação Popular, dois movimentos se impuseram: o de especialização, no qual foram-se distinguindo grupos e instituições dedicadas a temas específicos como habitação, saúde, sindicalismo, escolarização, direitos da mulher, questão indígena, etc; e o de abertura, em que a forte ênfase no caráter alternativo da Educação Popular passou a dialogar com uma concepção de educação como direito, como um item das políticas sociais. Diversos movimentos procuraram desenvolver uma atitude mais propositiva em relação às políticas públicas e a disputar, no espaço institucional, os interesses e a hegemonia dos setores populares.

Nesse momento, o CEDI passou a se organizar em programas de trabalho para melhor enfrentar

os desafios da conjuntura. O Programa de Educação e Escolarização Popular (EEP) conformou sua identidade, ampliando e qualificando os serviços de assessoria a movimentos populares, pautando e discutindo no amplo contexto da Educação Popular a questão da educação escolar, tanto no trato pedagógico quanto no que refere às políticas educacionais.

A segunda metade da década de 1980 foi marcada significativamente pelo processo de elaboração da nova Constituição, levando os movimentos a transformarem princípios e reivindicações em propostas legais e a disputarem espaços no cenário parlamentar. Com a existência regular de eleições diretas, administrações públicas foram assumidas por partidos do campo democrático-popular. Intelectuais e agentes formados no âmbito da Educação Popular assumiram postos em secretarias de Educação, ampliando o espaço desse ideário dentro dos sistemas públicos de ensino. Muitos grupos populares que desenvolviam atividades educacionais em pequena escala (alfabetização de adultos, creches, escolas comunitárias) passaram a estabelecer convênios com órgãos públicos e a ampliar seu espectro de atuação. Nesse quadro, às preocupações com a construção de um modelo pedagógico adequado aos grupos populares, somaram-se fatores relacionados à pressão e à negociação com o Estado. Essas tarefas colocaram necessidades crescentes de informação e de compreensão global da atuação do Estado no setor educacional; a essas demandas EEP procurou responder por meio de seus serviços aos setores organizados da sociedade civil.

Além dos parceiros tradicionais, o Programa EEP passou a dialogar também com outros atores sociais envolvidos na temática educacional, como sindicatos de

professores e associações de pesquisadores em Educação. Ampliou os esforços de atualização e acompanhamento da Educação Popular, com questões relativas à luta pela extensão e qualificação da educação pública, pela democratização da gestão da escola e do sistema de ensino.

As experiências educativas que se davam eram uma forma de redescobrir o Brasil a partir dos excluídos, o que significava um processo mútuo de aprendizagem

Inicialmente, a entrada dos movimentos populares na luta pela construção de espaços públicos em nossa sociedade foi interpretada com otimismo pelos intelectuais e agentes intermediários identificados com a Educação Popular. Estes entendiam que tais práticas questionavam ideologias que restringiam a ação política aos grupos de elite ou que viam o movimento operário como único espaço de efetiva luta por transformações sociais, ou ainda aquelas que tomavam o partido como a “expressão mais desenvolvida da consciência”. Falava-se, então, entusiasticamente, de novas formas de fazer política, do rompimento dos tradicionais limites entre o público e o privado e da impressionante participação das mulheres entre os ativistas.

Desencanto e frustração. No início da década de 1990, esse entusiasmo deu lugar a um certo desencanto. Passou-se a falar em crise dos movimentos populares, no declínio de sua capacidade de mobilização, na dificuldade de reno-

var quadros dirigentes, em seu despreparo para propor políticas e enfrentar a negociação com o Estado. Manifestava-se também certa frustração com relação ao potencial "conscientizador" desses movimentos perante seus participantes.

Ocorre que a conjuntura de democratização da política brasileira (que, em tese, favoreceria o fortalecimento dos movimentos populares) é simultânea a um período de crise econômica e de financiamento do Estado. Crescem a po-

PROJETOS EDUCATIVOS DE POPULAÇÕES SEM ESCOLA

A partir de 1981, organizou-se no CEDI uma equipe voltada especificamente à assessoria a projetos de educação.

O objetivo era apoiar ações de alfabetização e educação básica de jovens e adultos, desenvolvidas no interior de movimentos populares, igrejas e organizações de base local. Assim foi feito com os seringueiros do Acre, os ribeirinhos do Alto Solimões (AM) ou os

grupos comunitários de Diadema (SP).

O apoio didático e metodológico implicava a preparação de subsídios e materiais didáticos, formação de alfabetizadores populares e de professores das redes escolares públicas, sistematização de informações e conhecimentos.

Fonte: Ação Educativa, dezembro/94.



Escola para seringueiros em Xapuri/AC, 1981

Arquivo do CEDI



Manifestação de moradores da Zona Leste (São Paulo) por escola

Arquivo do CEDI

Crescem a pobreza e o desemprego, os direitos humanos mais elementares continuam a ser violados, aumentam os sinais de desagregação social, moral e ética

breza e o desemprego, os direitos humanos mais elementares continuam a ser violados, aumentam os sinais de desagregação social, moral e ética. As organizações populares que conseguiram maior grau de institucionalização e influência no sistema político encontram sérias dificuldades de enfrentar essa problemática e falar à sempre crescente massa dos excluídos, na qual ameaçam naufragar.

Ao mesmo tempo, as certezas que orientaram processos de condução política com vistas a uma sociedade mais justa e humana se mostram insuficientes e inadequadas, criando insegurança e imobilismo diante de um modelo de desenvolvimento excludente que se impõe mundialmente.

Tais impasses provocam, sem dúvida, esse movimento de revisão do paradigma da Educação Popular, apontando as deficiências de um discurso contestatório

genérico e abstrato, de concepções estreitas sobre o político e insuficiente aprofundamento da reflexão sobre o que é propriamente pedagógico.

Navegando na tormenta, muitos dos que se formaram nesse campo procuram vislumbrar rumos. Há os que, para além do ufanismo ou negativismo exacerbados, conseguem demonstrar com precisão o significado que as experiências de educação com grupos populares podem ter na construção de novos padrões de sociabilidade e ação política. Outros lançam-se em mobilizações amplas pela ética e pela solidariedade, ampliando o universo de interlocução com forças políticas e com a opinião pública em geral. Há aqueles que investem em novos canais de interlocução entre Estado e sociedade civil, reconstruindo o sentido do público por meio de uma cidadania ativa. Há também os que apostam em novos padrões de escolarização pública, praticamente a única alternativa de educação formal para os mais pobres. Na tentativa de compreender este país e o processo de mutação social que atravessamos, buscam-se novas dimensões do humano e da cultura que forjam

novas identidades, o retorno ao cotidiano e ao particular.

Nesse embate, não nos parece que o melhor caminho seja proteger-se no discurso pretensamente profético da Educação Popular, pregando o retorno às origens ou neocomunitarismos que impliquem fechamento e ruptura com a sociedade. Por meio da construção de novas identidades singulares, o que vislumbramos é a possibilidade de um universo mais plural e comunicativo.

Novos rumos. Com esse espírito vivenciamos o processo de encerramento com multiplicação do CEDI. O Programa de Educação e Escolarização Popular revisou e ampliou horizontes, aproximando novos companheiros na gestão do projeto que dá origem à *Ação Educativa*. Buscamos saídas para a “refundação” da Educação Popular, participando na discussão e nas práticas educativas que se desenvolvem em ações coletivas da sociedade civil, inter-relacionando-as com a discussão e as práticas dos sistemas educativos. Por isso, entramos no debate sobre as reformas dos sistemas de ensino, atualmente hegemônico pelas orien-

tações de agências de financiamento internacionais, que adotam princípios caros à Educação Popular, como a descentralização e a participação. Para que tais princípios não se pasteurizem no receituário neoliberal, pressentimos a exigência de se precisarem seus conteúdos numa perspectiva radicalmente democrática e popular.

Na contramão do discurso hegemônico, *Ação Educativa* procura também trabalhar temas marginais no sistema de ensino, mas que são considerados estratégicos pelos setores populares, como, por exemplo, a educação de jovens e adultos. Entende, também, que nessa busca de “refundação” há que se considerarem novas categorias de análise, como a geracional. Nesse sentido, *Ação Educativa* se propõe a ampliar a compreensão sobre os jovens como atores sociais, visando potencializar sua atuação cultural e política e fornecer indicações quanto às suas necessidades educacionais no âmbito dos movimentos sociais e dos sistemas de ensino.

Os objetivos programáticos de *Ação Educativa* apontam para a qualificação das práticas de Educação Popular, não no sentido de uma eficiência tecnicista, mas da substantividade de seus princípios. Importa-nos não apenas a retomada do utópico e do profético que inspiraram a prática da Educação Popular, mas também a sua viabilização. Ou, como já disse Hugo Zemelman, trata-se de criar “a possibilidade de que os grupos sociais possam chegar a se expressarem em um projeto que, diferentemente da pura utopia, não consiste somente em uma necessidade de futuro, mas sim em um imperativo de sua construção”.

Vera Ribeiro é educadora e assessora de Ação Educativa.

Sérgio Haddad é educador e secretário-executivo de Ação Educativa.

COMO A ESCOLA PODE EDUCAR AS CAMADAS POPULARES?

Desde a metade dos anos de 1980, o Programa Educação e Escolarização Popular propôs-se assessorar, subsidiar, registrar e divulgar experiências nas quais a escola pública e a sociedade civil interagem.

Temas como a participação popular na gestão da escola, o papel dos movimentos populares, os movimentos docentes, a educação ambiental constituíram-se em objeto de assessoria, pesquisa e informação.

Foi o caso do Movimento de Educação da Zona Leste de São Paulo, do sindicato de professores (Apeosp) e da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (Crab).

As questões fundamentais que estavam e estão colocadas são: Como direcionar a escola pública conforme os interesses populares? E como a participação da sociedade civil organizada pode garantir esse direcionamento?

Fonte: Ação Educativa, dezembro/94.

A TRAJETÓRIA DO CEDI NO MOVIMENTO SINDICAL

Nilde Balcão

A participação em diversos momentos da história do movimento sindical e da luta dos operários marcou a presença do CEDI nesse campo político nos últimos vinte anos

A preocupação em investir no processo de organização e mobilização que se gestava no meio urbano com a interseção Igrejas e movimentos sociais levou à formação da Equipe de Assessoria à Pastoral Urbana do CEDI, no final da década de 1970. Constituída por pessoas de diversas procedências (agentes de pastoral, pesquisadores das universidades, militantes dos movimentos sociais), a equipe atuou na Pasto-

ral Urbana de diversas cidades: São Paulo (SP), Duque de Caxias (RJ), João Monlevade (MG), Ceilândia (DF) e Feira de Santana (BA). No decorrer do trabalho, desenvolveu-se o interesse em registrar os eventos relacionados às lutas dos trabalhadores naquela conjuntura, o que deu início às atividades de documentação e publicações.

A partir de 1984, com a reorganização do CEDI em Programas,



Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra

foi formado o Programa Memória e Acompanhamento do Movimento Operário. Como continuidade da experiência de trabalho no meio urbano, propunha-se, um relacionamento mais sistemático com o novo sindicalismo e maior especialização no desenvolvimento de atividades de documentação, assessoria e publicações.

Sua atuação teve início com algumas posturas metodológicas que marcariam toda a trajetória do Programa, entre elas: escolha de temas e sujeitos vinculados a situações e propostas que apontavam a forma de superar limites e construir alternativas para uma sociedade mais justa, participativa e democrática; intenção de analisar a conjuntura e os movimentos, articulando o plano da política macroeconômica com as práticas dos sujeitos políticos em suas realidades locais; e combinação entre a produção de conhecimento, a reflexão crítica e a assessoria.

Os lugares sociais escolhidos para o início das atividades do Programa foram os sindicatos de metalúrgicos do ABC paulista e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A contribuição seria no sentido de recuperar, acompanhar e registrar a história das lutas sindicais no ABC, subsidiar a ação dessas entidades e documentar e divulgar a experiência de organização e de luta dos trabalhadores.

O Programa tinha em mente que, para compreender a política sindical desenvolvida na região e sua repercussão na política nacio-

nal, era necessário pesquisar o papel exercido pelos militantes cristãos e dos partidos políticos, as formas de resistência e de organização dos trabalhadores nas fábricas e as articulações regionais e nacionais de suas lideranças no processo de fundação da CUT.

Baseado nessa pesquisa e no acompanhamento das lutas e formas de organização que estavam ocorrendo, o Programa desenvolveu atividades com as entidades sindicais. Ao final de 1987, já tinha formado um acervo razoável de documentos, fotos e entrevistas com lideranças contemporâneas ou de períodos anteriores; prestação assessoria a inúmeras atividades dos sindicatos de metalúrgicos do ABC e da CUT — campanhas salariais, congressos, seminários de formação, etc; e divulgado a história dos sindicatos por meio de palestras para os trabalhadores, exposições de fotos nos sindicatos e nas igrejas e várias publicações. Por outro lado, colaborou com a criação do Instituto Cajamar e do Departamento de Estudos Socioeconômicos e Políticos (Desep) em 1986, dando apoio à formação e à consolidação dessas entidades.

Novas possibilidades. Em 1988, o Programa iniciou nova fase, em que a preocupação com a política sindical de resposta à conjuntura deixava de ser um dos objetivos, como ocorria desde o período da Equipe de Assessoria à Pastoral Urbana. O novo sindicalismo expresso pela CUT já tinha condi-

OS PRIMEIROS SINDICATOS

No início do século, o anarco-sindicalismo era a força política mais importante do movimento operário no ABC paulista. A primeira organização operária da região foi a Liga Operária de São Bernardo do Campo, fundada em 26 de junho de 1907, como desdobramento da grande greve operária no Estado de São Paulo. Essa greve tinha sido deflagrada pelos metalúrgicos, que reivindicavam 48 horas de trabalho semanais. A Liga Operária era filiada à Federação Operária de São Paulo, também de orientação anarco-sindicalista.

Nesse mesmo período, formaram-se alguns sindicatos operários no ABC, entre eles o dos Tecelões e dos Marceneiros de São Bernardo. Os dois sindicatos participaram do 2º Congresso Operário Estadual de São Paulo, realizado em abril de 1908.

Nessa época, não era o Estado ou o governo quem definia como os trabalhadores deveriam se organizar. Os trabalhadores se organizavam livremente para lutar contra as duras condições de vida e trabalho, por uma sociedade sem classes, sem opressão e exploração.

Esse tipo de sindicalismo era chamado de "libertário", pois não se atrelava ao Estado e era controlado pelos próprios trabalhadores. A força dos sindicatos estava diretamente subordinada à capacidade de luta, de mobilização e de expressão dos anseios políticos dos trabalhadores. Muitas dessas entidades desapareceram ao longo dos anos ou tiveram uma vida muito curta.

Fonte: *Imagens da luta 1905—1985*, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema, e CEDI, 1987.

A crescente politização da sociedade civil, no entanto, não conseguiu redimensionar os custos sociais da recessão econômica, aliada ao dismantelamento das políticas públicas e à reestruturação produtiva

ções de criar as próprias instâncias de assessoria.

As áreas temáticas de atuação foram redefinidas partindo das possibilidades apontadas pelas interseções entre o sindicalismo e os chamados "novos movimentos sociais": o pacifismo, a ecologia e as questões de gênero em suas múltiplas relações com o mundo do trabalho. Essa redefinição ocorreu após intensos debates, nos quais foram avaliadas a nova fase da conjuntura do País — democratização e aprofundamento da crise econômica — e as mudanças em curso na organização do trabalho que repercutiriam no Brasil.

A conclusão foi a de que a crise econômica e as transformações estruturais pelas quais passava o processo de produção enfraqueceriam o poder de representação dos sindicatos. Por outro lado, também avaliou-se que a incorporação, pelos novos movimentos sociais, da temática que advinha da produção e do trabalho ampliaria sua capacidade de representação e intervenção. Essa perspectiva se colocava na medida em que o empobrecimento, a degradação da qualidade de vida e a perda de direitos e do acesso aos benefícios do desenvolvimento de amplas parcelas da população fossem também relacionados ao processo de desemprego e à precariedade das relações de trabalho. A aposta nas interseções entre o sindicalismo e os movimen-

tos sociais era, portanto, na formação de um amplo campo político de debate e de formulação de alternativas comuns ao modelo de desenvolvimento em curso.

Amplos debates. A partir dessa análise e tendo como base a metodologia anterior, o Programa subsidiou o debate sobre as implicações da produção de armamentos e de energia nuclear e assessorou os sindicatos e entidades das regiões onde situavam-se essas indústrias. Aprofundou também a reflexão sobre a condição de gênero no sindicalismo e no mundo do trabalho e deu suporte às comissões de mulheres trabalhadores e aos cursos de formação das instâncias sindicais sobre essa temática. Por fim, investiu na pesquisa sobre as interdependências entre a produção, os processos de trabalho e a qualidade do meio ambiente com vistas a contribuir no desenvolvimento de políticas que incorporassem essa preocupação.

Pode-se dizer que o Programa colaborou para o aprofundamento dessas temáticas ao levantar questões que passaram a ser debatidas tanto no interior do sindicalismo como por entidades e movimentos, ao assessorar a formulação de políticas por essas instâncias e ao publicar pesquisas e reflexões.

Por outro lado, a aposta nas possibilidades de articulação da sociedade civil organizada mostrou-se efetivamente promissora após a realização de eventos internacionais, como a ECO-92 e as Conferências de Viena (1993) e do Cairo (1994).

A proposta de se renovar. O almejado processo de democratização, palco de lutas nos anos de 1970 e 1980, impulsionou o crescimento dos setores organizados na sociedade civil, que se refletiu em sua presença nos espaços institucionais, nas manifestações de

massa e no fortalecimento das articulações.

Essa crescente politização da sociedade civil, no entanto, não conseguiu redimensionar os custos sociais da recessão econômica, aliada ao dismantelamento das políticas públicas e à reestruturação produtiva. Hoje, os movimentos e as entidades enfrentam a questão crucial de articular a defesa dos direitos e da equidade com políticas alternativas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, coloca-se a necessidade de se renovar os meios de comunicação no interior desse campo político e com o público em geral.

Nesse contexto, a vontade política de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, participativa e democrática, a partir das questões que emergem do mundo do trabalho, ainda faz sentido e ganha novas perspectivas. Os princípios que orientaram a atuação do Programa, por sua vez, mantêm sua contemporaneidade — como a intenção de compreender as práticas dos atores políticos a partir de sua história; de combinar o conhecimento sobre as dimensões das políticas globais com o plano das realidades locais; e de promover a interlocução entre a diversidade de sujeitos sociais. No entanto, suas formas de atuação devem ser atualizadas.

A criação do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (NETS) responde a esse desejo de atualização. A trajetória do CEDI ensinou que, para se renovarem as possibilidades dos objetivos originais, é preciso ter ousadia de se gerar novamente.

Nilde Balcão é assessora do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Sociedade (NETS).

POVOS INDÍGENAS 1974/1994

DE "VÍTIMAS DO MILAGRE" A "ALIADOS PARA O FUTURO"

Ensaio fotográfico preparado por Beto Ricardo



Ao centro

Mário Juruna, deputado federal no Congresso Nacional. Luiz Antonio Ribeiro/Agência O Globo (abr/84).

Tutu Pombo Kaiapó. Sérgio Amaral/AE (jun/90).

Yanomami e a bandeira, símbolo da Constituinte. Claudia Andujar/CCPY.

Yanomami entre militares. Renato dos Anjos/AE (jun/89).



Constituinte: índios no plenário. Leopoldo Silva/Agil (jun/88).

Osair Siá Kaxinawá. João Ripper (mar/89).

Mapa elaborado pelo CEDI, no Congresso em Brasília. André Dusek/Agil (mar/88).



Sting e Raoni. Jorge Rosenberg/Abril (1988).

Milton Nascimento e os Kampa. Carlos A. Ricardo/CEDI (jun/89).

I Encontro dos Povos da Floresta. João Ripper (1989).

Ailton Krenak protesta no Congresso em Brasília. Luis Antonio Ribeiro/AJB (set/87).

Taira Kaiapó em Altamira. Paulo Jares/Videfoto (fev/89).

Kube-I e Paiakan Kaiapó. Patrick Pardini/CEDI (out/88).

Raoni e Mário Andreazza, ministro de Interior. Beth Cruz/Agil (mai/84)

Tupi do Cuminapanema (PA). André Dusek (1989).

Yanomami no Irobrehreb, área Yanomami. Charles Vincent/CEDI-CCPY (jan/90).

Yanomami é socorrida no Hemosh, área Yanomami. Charles Vincent/CEDI-CCPY (jan/90).

Kaiapó em Tucuruí. Vincent Carelli/CEDI (jan/90).

Arara do rio Iriri. Milton Guran/Agil (set/87).

Davi Yanomami recebe prêmio da ONU. Duda Bentes/Agil (jan/89).



ALIANÇA DOS POVOS DA FLORESTA



As populações tradicionais que há séculos marcaram no céu da Amazônia o arco da Aliança dos Povos da Floresta protegem sua vontade de permanecer com suas terras preservadas. Entendem que o desenvolvimento das potencialidades dessas populações e dos regimes em que habitam se constitui na economia futura de suas comunidades, e deve ser assegurada por toda nação brasileira como parte de sua afirmação e orgulho. Esta Aliança dos Povos da Floresta reunindo índios, seringueiros e ribeirinhos luta no Acre visando os meios para acabar todo espolio de produção e preservação desta mesma porção frágil colônia de vida que envolve nossas florestas, lagoas, rios e mananciais, tanto de nossas riquezas e base de nossas culturas e tradições.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS
UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS - UNI

quilombo
CEDI

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS - UNI • CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS

A LEI E A SELVA

Márcio Santilli

Retrato do Brasil: a Constituição afirma o usufruto exclusivo dos índios às riquezas das suas terras (já o fazia antes de 88), a Justiça decide sobre a desocupação, a Funai afirma que cumprirá a decisão, os índios se antecipam e a executam. Porém, uma cidade se rebela, a polícia não garante a segurança dos prédios e de funcionários públicos, o clima eleitoral fomenta o conflito e as autoridades federais responsáveis ganham tempo, ao final dos seus mandatos, para transferirem o problema para o próximo governo

Nos primeiros dias de setembro, os Gorotire (subgrupo Kaiapó, do sul do Pará) resolveram expulsar garimpeiros e madeireiros que há doze anos trabalham ilegalmente em suas terras. Subiram o Rio Fresco em suas canoas, determinaram a retirada imediata de cada grupo não-índio que encontravam e depois jogaram todos os equipamentos (exceto aviões) nas grotas abertas pela garimpagem.

Ainda não está claro se conseguirão romper com o modelo predatório de exploração dos recursos naturais (ouro e mogno) de suas terras. Com a rebelião Gorotire, centenas de garimpeiros expulsos se concentraram na cidade de Redenção, acampados numa feira livre no centro da cidade, cujo orçamento depende em 70% direta ou indiretamente dos recursos ilegalmente extraídos das terras indígenas. Até o prefeito municipal mantém garimpo entre os Gorotire. A Funai de Redenção foi cercada pelos garimpeiros, que exigem um acordo para retornarem à área. Pressionam também os índios, por meio de jovens chefes, Tapiet e Kubeí, que intermediaram os contratos de exploração ilegal nos últimos anos, e estão devendo mais de cem mil reais (ou dólares) na praça de Redenção. Os garimpeiros propõem o retorno imediato à área por pelo menos seis meses, em confronto aberto com a lei e a Justiça.

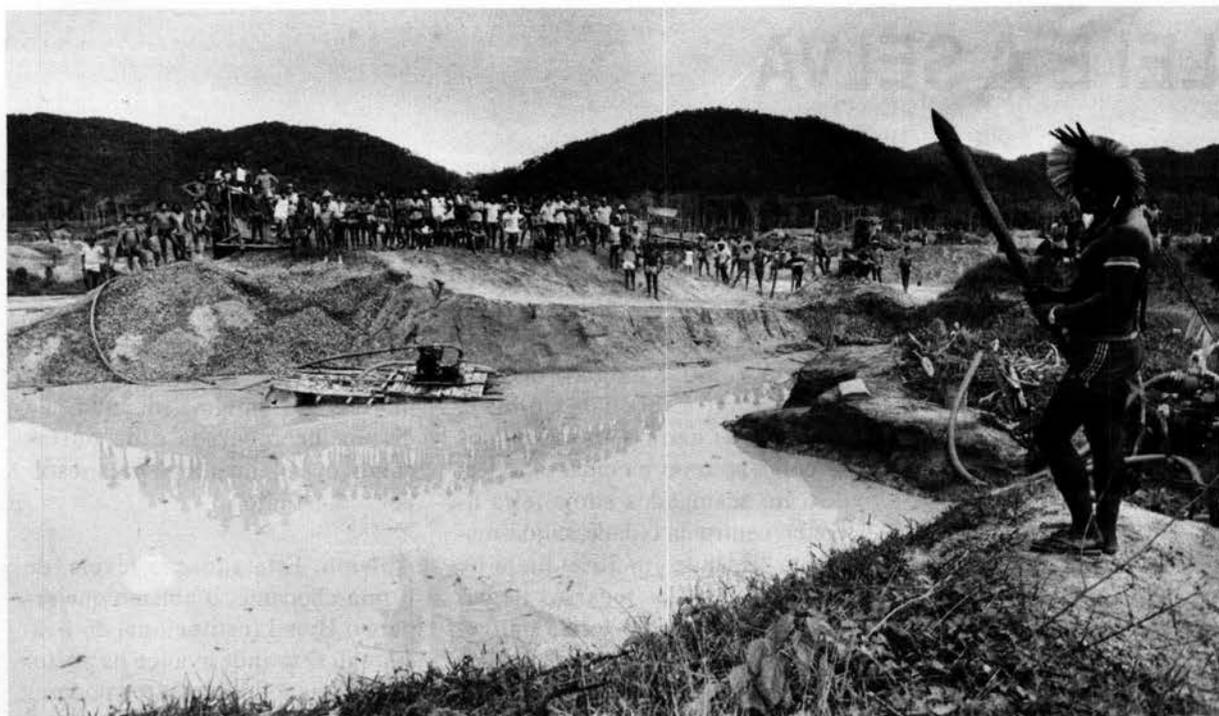
A Funai está rendida. Conhece o problema desde a sua origem, pois participou — sob o comando do Serviço Nacional de Informações (SNI) — da feitura dos primeiros contratos, ainda ao final do regime militar. Acompanha há anos o agravamento do quadro. Está obrigada há seis meses, por decisão judicial (liminar) concedida pela Justiça Federal em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a promover a completa desocupação da área. Tem entre os funcionários em Redenção pessoas envolvidas com o modelo predatório. Havia enviado funcionários de Brasília para

planejarem a execução da ordem judicial quando os próprios Gorotire resolveram cumpri-la. Está pressionada a “resolver” o problema dos garimpeiros, quando não dispõe de recursos e de outras condições elementares para resolver o dos índios.

Abismo. Esta situação revela, de forma chocante, o abismo que separa o Brasil institucional do Brasil real. O grande avanço na postura das leis e dos supostos poderes da República em relação aos direitos indígenas não trafegou pela Rodovia Belém-Brasília, nem chegou às margens do Xingu. Chegou a demarcação, mas persiste a invasão. Índios e não-índios guerream, contaminados pelo mercúrio e pela malária.

Vale lembrar que os Kaiapó estiveram à frente da mobilização indígena durante a Constituinte (87-88). Era o único povo que se deslocava até Brasília por iniciativa própria, bancada pelos recursos obtidos pela exploração predatória. Foram eles que realizaram o Encontro de Altamira (89), impedindo a inundação de suas terras pelo sistema hidrelétrico que o governo pretendia implantar no Xingu. Sinalizaram ao mundo a conexão simbólica entre a questão indígena e a ambiental. E foram detonados pela mídia antiindígena, a partir do caso Paiacan, produzidos como pródigos milionários, enganadores, estupradores, “provas” ambulantes de que os direitos indígenas seriam discriminatórios diante da pobreza não-indígena.

No entanto, a situação dos Kaiapó é deprimente. Povo guer-



Eduardo Kalif

reio, eles resistiram ao contato até a década de 1960. Foram empurrados pelos colonizadores do Araguaia para o Xingu, do cerrado de transição para a floresta amazônica. Em 81, expulsaram dez mil garimpeiros que haviam-se instalado em Maria Bonita, dentro da terra indígena. Foi, então, que o governo militar os convenceu sobre os contratos, empurrando-os para a armadilha da dependência.

No início havia, por parte do governo, controle (e desvio) do dinheiro. Houve tempos em que todas as despesas de funcionamento da Funai em Redenção eram cobertas pelo dinheiro dos Kaiapó. O que lhes restava era mal gasto por um punhado de líderes indígenas, que repassavam as migalhas às suas comunidades. Conforme a devastação avançava e o dinheiro encolhia, faliram a Funai e os índios-empresários, e restaram miséria, doença e dependência, aviões e carros parados, conflitos e decadência. Muitos milhões de dólares foram dali saqueados. Nada restou nas aldeias. Redenção cresceu na ilegalidade,

À sociedade civil fica o desafio para os próximos anos: atuar sobre situações paradigmáticas a fim de demonstrar que, com vontade política e soluções técnica e antropologicamente viáveis, situações deploráveis poderão ser superadas

tem agora o futuro ameaçado e transfere a ameaça para a Funai e para os índios.

Soluções paradigmáticas e políticas de Estado. Tudo isso demonstra a insuficiência dos progressos institucionais obtidos nos últimos anos para reverter degradantes situações concretas. Esses avanços constrangeram o governo federal, impedindo-o de impor as tradicionais "soluções" predatórias e ilegais. Colocaram-no sob a pressão do MPF, da Justiça Federal e da sociedade civil, mas não

lograram a definição de uma nova política indigenista e de providências efetivadoras do estado de direito no interior do País, nem mesmo nos casos em que o próprio poder público federal havia anteriormente patrocinado a ilegalidade e a devastação.

À sociedade civil, fica o desafio para os próximos anos: atuar sobre situações concretas paradigmáticas a fim de demonstrar que, com vontade política e soluções técnica e antropologicamente viáveis, situações deploráveis como a que massacra os Kaiapó poderão ser superadas para que os direitos formais prevaleçam e o modelo econômico predatório encontre resistências definitivas à sua expansão. Resta saber que condições haverá, no contexto do próximo governo, para que possíveis soluções locais possam se transformar em políticas de Estado.

Márcio Santilli é secretário-executivo do Instituto Socioambiental, em Brasília.

UM PROGRAMA EM SINTONIA COM SEU TEMPO

Neide Esterci

Numa viagem ao passado, resgatamos o surpreendente trabalho que o CEDI realizou, durante vinte anos, com os movimentos rurais

Atividades relacionadas ao espaço rural já se faziam no CEDI mesmo antes da iniciativa de constituir-se um grupo dotado da especialização necessária ao atendimento de solicitações daqueles que atuavam ao lado dos trabalhadores do campo.

No final da década de 1970, começou a formar-se a Equipe de Assessoria à Área Rural. Era o núcleo do que, a partir de 1983, viria a ser o Programa chamado, primeiramente, Igreja Popular e os Rumos do Movimento Camponês, depois Igrejas e Movimento Camponês, aos poucos, numa espécie de inversão vetorial dos termos, Programa Movimento Camponês e Igrejas, até tornar-se, definitivamente, Programa Movimento Camponês/Igrejas.

Os nomes e suas mudanças refletiam, por um lado, o forte compromisso de origem com equipes religiosas que atuavam no campo, naqueles tempos de repressão; por outro, expressavam a prática de lidar com questões relativas aos segmentos de pequenos produtores junto dos quais as pastorais atuavam. Esses segmentos podiam ser pensados tanto conceitualmente quanto do ponto de vista da tradição política das lutas, como camponeses. O próprio CEDI, que abrigava o Pro-

grama, definia como vocação atuar na interseção movimento popular-igrejas.

Por algum tempo, a adequação foi perfeita. Aos poucos, porém, as transformações político-sociais no País foram tornando complexa a inserção do Programa. Até meados dos anos de 1970, nas áreas em que operavam, os organismos sindicais não existiam ou eram frágeis e distantes, enquanto os grupos político-partidários tinham que abrigar-se, em função das circunstâncias, sob o “guarda-chuva” das igrejas. Configurava-se, assim, uma situação de alianças e/ou de inibição da manifestação das diferenças político-ideológicas que aos poucos foi mudando.

MUDANÇAS: O QUE PASSOU, PASSOU?

Por iniciativa das próprias equipes pastorais, apoiados por elas, às vezes independentemente de sua vontade, quase sempre escapando ao seu inteiro controle, alguns sindicatos foram-se fortalecendo, outros foram criados e emergiram movimentos de diversas categorias de trabalhadores. Estas tornaram-se espaços importantes de discussão, de militância, de organização dos trabalhadores e atuação de diferentes correntes políticas.

Sem afastar-se do diálogo e da colaboração com os parceiros originais, o Programa abriu-se, decididamente, tanto no sentido de atuar e colaborar com sindicatos e movimentos diversos quanto de incluir entre as preocupações e atividades



a multiplicidade de categorias sociais que as transformações político-sociais e econômicas faziam emergir. A relativa adequação/inadequação do nome do Programa – Movimentos Sociais/Igrejas – se explica, portanto, pelo compromisso que tinha com seus parceiros de origem e pelo peso cada vez maior que foi assumindo a colaboração com outros parceiros, como sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

ATORES QUE EMERGEM, QUESTÕES QUE VÃO E QUE VOLTAM

Não cabe aqui analisar o período, mas resgatar, nesta breve memória, alguns marcos do Programa face às mudanças do seu tempo.

Uma das primeiras questões postas à assessoria do Programa relacionava-se à eficácia da organização coletiva da produção de pequenos produtores. Experiências de coletivização, embora esparsas e isoladas, realizavam-se em vários pontos do País durante a década de 1970: roças comunitárias, grupos de

revenda, cooperativas e associações de pequenos produtores. A demanda motivou uma intensa atividade de pesquisa e de interlocução da então pequena equipe do Programa com os autores de iniciativas do gênero e com os pequenos produtores chamados a participar delas.

As reflexões, tanto de uns quanto de outros, transformaram-se em textos escritos e publicados nos *Cadernos do CEDI*, em 1981. Pouco depois, em 1984, reunindo estudiosos de áreas em que algumas desses projetos se implementavam, publicaram-se trabalhos abordando diversas das dimensões das diferentes formas de organização coletiva (*Cadernos do Iser/ Marco Zero*).

Por um momento, poderia parecer que se tratava de questões circunscritas ao tempo e “às cabeças de Igreja”. Não era bem assim. Elas estavam postas já nas experiências socialistas clássicas e recentes – Rússia, China, Polônia, Cuba e, no Brasil, dentro dos novos marcos histórico-políticos dos anos de 1980 e de 1990. Foi-se recolocando para dirigentes, lideranças, agentes governamentais e estudiosos, que estão em jogo sempre a organização da produção, a orientação política e vida social nos assentamentos, reassentamentos e reservas agrícolas e extrativistas.

Mudaram as formas de equacionar o individual e o coletivo, flexibilizaram-se, a duras penas, os modelos coletivistas e redesenharam-se, pelo menos para alguns, as perspectivas em relação ao futuro. Com mais ênfase, colocava-se, agora, a discussão sobre a emergência por toda a parte e os efeitos sociopolíticos e econômicos das associações e cooperativas. Se, na ausência ou fragilidade da organização sindical e dos movimentos sociais,



as iniciativas associativas traziam à baila questões relativas a dificuldades de gestão, à produção ou agudização da diferenciação social, no espaço explicitamente disputado politicamente dos últimos anos, elas passaram a ser pensadas e implementadas como instrumentos de luta por poder e representação.

Novamente, na interlocução com dirigentes sindicais e lideranças de movimentos, a equipe do Programa, agora bem maior e diversificada, enfrentou as questões postas. Debruçou-se sobre a relação sindicatos/associações como espaços de concorrência entre correntes dos movimentos, mas sobretudo preocupou-se com a intervenção das agências estatais e organismos internacionais que, mediante investimentos financeiros, acabavam favorecendo determinada corrente do movimento sindical em detrimento de outra.

Já agora, tratava-se não apenas de pequenos produtores. Estavam em jogo, também, a organização e a mobilização de outro segmento social: os assalariados rurais. Desde 1983, alguns membros da equipe vinham dedicando atenção aos assalariados. A partir de experiência localizada em área de produção de cana no Nordeste, o Programa entrou no debate acerca da natureza e da forma de condução do movimento sindical na luta dos canavieiros. Aliando-se a entidades de orientação similar, atuou na formação de lideranças, no fortalecimento das organizações, produziu argumentação de acordo com a sua própria visão do movimento.

O Programa não se descuidou, porém, de abrir espaço para am-

pliação e democratização do debate. Trabalhadores das bases sindicais, lideranças dos estados do Nordeste, de São Paulo e Rio de Janeiro, assessores e dirigentes nacionais participaram, em março de 1985, de um grande seminário organizado pela equipe do CEDI em colaboração com outras entidades regionais. Um dos dias do seminário coincidia com o que seria a posse de Tancredo Neves, a qual havia acenado para a implantação da tão esperada reforma agrária. Alguns líderes e assessores reuniram-se num salão para assistir a posse. As esperanças deram lugar à perplexidade.

Mas, de volta ao debate, as correntes sindicais em disputa explicitavam suas divergências acerca da condução das greves e campanhas salariais dos trabalhadores da cana. Outra edição do *Cadernos do CEDI* foi dedicado a esse seminário. A discussão ia desde questões relativas à condução e à eficácia das greves e campanhas salariais até a prática de construção das pautas de reivindicações e as possibilidades de pressão para cumprimento dos acordos e decisões judiciais.

O trabalho na área sindical iria desenvolver-se no sentido de apoiar a construção da CUT no campo. Sempre que possível, em colaboração com outras entidades de apoio e assessoria, por meio de seminários, participação em cursos de formação, publicações e vídeos. A reflexão do Programa sobre a natureza do sindicalismo, sua história, seu papel nas lutas dos diversos segmentos e o papel dessas lutas na constituição do sindicalismo rural brasileiro foi sendo explicitada. Um mapeamento das posições de lideranças cutistas e assessores foi registrado e socializado nos dois *Cadernos do CEDI*, cujo tema foi “Sindicalismo no Campo – Entrevistas e balanço”. Do Acre ao Rio Grande do Sul, vindas da afinidade e compromisso com o Movimento dos Sem-Terra ou com o Conselho

Nacional dos Seringueiros, as principais lideranças cutistas falaram sobre a participação dos pequenos produtores na CUT e o lugar do sindicato na luta por terra, sobre a estrutura sindical e a formação de sindicatos por ramo de produção, a relação entre a organização sindical e as outras formas de organização e representação dos trabalhadores.

Durante todo esse tempo, membros da equipe participaram das atividades do Programa da Terra na América Latina, da Rede Latino-Americana do Conselho Mundial de Igrejas. Pequenos produtores da Colômbia, Bolívia, Peru, Nicarágua, Costa Rica e Brasil encontraram-se em seminários realizados no Brasil, Nicarágua e Costa Rica. Conheceram as emblemáticas situações de assentamentos e acampamentos do sul do Brasil (Nova Ronda Alta, Nossa Senhora da Conquista, Anoni); conviveram com os membros das atuantes Cooperativas Agrícolas Sandinistas (celeiro do combate aos *contra*); participaram de celebrações ecumênicas; sentaram-se à mesa de companheiros

e companheiras de outros países para discutir desde problemas relativos à organização interna e gestão da produção até a complexidade das relações com o Estado.

Pelo Brasil, além de assessores participaram trabalhadores de pastorais de Igreja, do Movimento



dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e do movimento sindical de áreas da cana do Nordeste. As atividades de intercâmbio de trabalhadores de todos esses países foram

ram muito ricas, e as discussões inspiraram trabalhos e análises posteriores.

Infelizmente, não houve condições de socializar de forma mais ampla as atividades e as discussões que travaram entre si os trabalhadores e assessores — estas estão registradas em relatórios e fotografias. Entretanto, em colaboração com o Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI, Rede Latino-Americana de CCPD e Editora Sinodal, foi produzido o livro *A Teologia se fez Terra*, no qual teólogos das várias entidades latino-americanas chamados para pensar a questão expressam suas reflexões.

Finalmente, mas por certo não menos importante, foi a participação do Programa no debate sobre políticas governamentais e seus efeitos sobre os diversos segmentos de trabalhadores do campo: as políticas agrícola e de créditos, a reforma agrária e os problemas e propostas relativos ao meio ambiente. A inserção no debate não se fez em abstrato, mas a partir do diálogo com outras entidades e da interlocução com setores representativos dos movimentos sociais.

Essa foi a forma pela qual o Programa se colocou no debate sobre meio ambiente. Como nos casos anteriormente mencionados, também aqui a reflexão produzida vinha tanto da pesquisa em fontes fora do alcance imediato das lideranças de trabalhadores — para que fossem

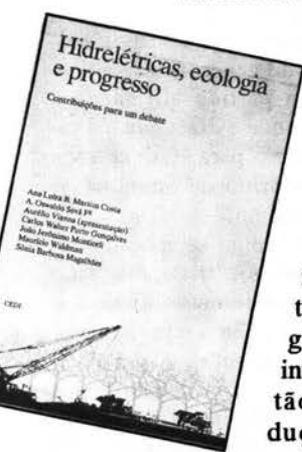
socializadas as informações — quanto da interlocução com os segmentos afetados e, sempre que possível, da observação direta das condições vividas. Na produção do conhecimento, o fortalecimento da organização, o respeito às demandas e a consideração pela experiência dos trabalhadores, atingidos pelas obras de construção de barragens, em seus locais de moradia e trabalho, em suas fontes de recurso naturais, foram sempre considerados em primeiro plano.

REFERÊNCIA, HOMENAGEM E COMPROMISSO

Várias pessoas passaram pela equipe, cada qual com sua contribuição singular. Formalmente, o Programa encerra-se com o CEDI. No entanto, a equipe do Programa Movimento Camponês/Igrejas permanece como referência tanto para os que dela participaram nos últimos anos quanto para dirigentes, movimentos e entidades, parceiros no esforço de compreender e apoiar as lutas dos trabalhadores.

Nesse tempo, vimos ceifada a vida de inúmeros trabalhadores e assessores de base dos movimentos, muitos dos quais bem próximos; vimos outros tantos sofrerem atentados e serem vilmente ameaçados. Mas, vimos também formarem-se novas gerações de assessores, vimos crescerem lideranças, consolidarem-se movimentos e organizações. O preço foi alto, o saldo é grande; porém, como palavra de ordem que já se tornou permanente entre nós, onde quer que estejamos, seja qual for o desafio, a luta continua!

Neide Esterci é professora do IFCS/UFRJ. Foi coordenadora do Programa Movimento Camponês/Igrejas entre 1979 e 1989.



REVISITANDO UM TRABALHO ECUMÊNICO

As reflexões que se seguem desejam interpretar a capacidade de um grupo ousado de pessoas em acompanhar a conjuntura do País e da ação dos cristãos, igrejas e movimentos em realizar sinais do Reino no contexto da chamada década perdida

O Programa de Assessoria à Pastoral (Pp) tem-se dedicado a enfrentar os desafios apresentados pela sociedade brasileira e pelas respostas que os cristãos têm oferecido a ela nestes treze anos de história. Trata-se de um Programa recente no CEDI, por um lado, mas alimentado pelo espírito originante da entidade — a *cara ecumênica* —, por outro. Quer por sua composição, quer por seus projetos, o Pp encarna a experiência ecumênica em todas as suas atividades.

Portanto, ao iniciar uma reflexão sobre sua história, não podemos esquecer a dívida que o Pp possui com todos os que não têm permitido que ele se afaste dessa motivação original. Além disso, é necessário registrar que, ao longo de sua trajetória, o Pp apenas foi capaz de responder aos desafios do tempo — quando o foi — por sua adesão explícita ao princípio protestante, suscitador de uma capacidade de abertura vacinada

contra toda forma de preconceitos e dogmatismos. Nesse esforço em rever, sintética e brevemente, a história do Pp, deve-se privilegiar este duplo caráter fundante: ecumênico e orientado pelo princípio protestante.

Os treze anos de história do Pp correspondem praticamente à década de 1980. Assim, ele viveu as injunções da década perdida, assistiu ao final do regime militar, participou ativamente do processo de democratização, foi afetado pelos diversos planos econômicos que se sucederam do Cruzado do “Tudo pelo social” ao Real de FHC. Vivenciou os momentos conturbados da conjuntura pastoral e sua perplexidade com relação às mudanças profundas nos símbolos de sonhos. Nesse período, o Pp procurou fundamentar suas respostas a partir do binômio possibilidade-ousadia: reconhecer os limites, ousar ultrapassá-los.

Para os fins que nos propomos, dividiremos em dois períodos a história da relação do Pp com a conjuntura pastoral (relações perigosas e quase incestuosas): discutindo a pastoral popular (1981–1989); e aliando libertação e proscrito (1989–1994).

REDISCUINDO A PASTORAL POPULAR

A existência do Pp corresponde a um novo momento da história do protestantismo no Brasil. O protestantismo surgiu na contramão religiosa deste país, fez parte do processo de modernização que desembocou na formação do Estado laico e da República no Brasil. No

entanto, manteve-se com um complexo de inferioridade, que o fazia assumir uma posição de autodefesa, gerando, entre outros desdobramentos, a postura anticatólica. No período em que surgiu o Pp, o protestantismo apresentava uma das mais altas taxas de crescimento, em especial os segmentos pentecostais, conformando uma nova identidade de toda a realidade brasileira. A partir desse momento, era impossível entender o Brasil sem compreender também as di-

A MÍSTICA DO PROSCRITO

O proscrito é o que, em seu momento histórico, vive da utopia e da irreverência e que assume o paradoxo de sua existência levada às últimas conseqüências afetivas e políticas. Ele seduz, coloca a público a situação humana e social, rompe com os preconceitos e reafirma a misericórdia e o amor; pratica gestos de generosidade e acolhida; toma partido afirmando a justiça; aprende a dizer não e é capaz de rupturas para efetivar o seu projeto histórico de anunciar as utopias do Reino.

Ele vive “como se visse o invisível” (Hebreus), “triste, mas sempre alegre, pobre mas enriquecendo a muitos, nada tendo mas possuindo tudo” (Paulo), e com a certeza absoluta de que “não temos aqui a nossa pátria definitiva mas buscamos a pátria futura” (Hb 12.14).

Fonte: Artigo de Paulo César L. Botas, no Jornal “Contexto Pastoral”, nº 7, março/abril de 1992.

afirmação do caráter ecumênico dessa teologia forjada na América Latina. A TdL era afirmada no Pp e verificada por ele como teologia das igrejas e dos cristãos na América Latina comprometidos com a evangélica solidariedade com os empobrecidos. O vigor dela resi-



Carlos Carvalho

versas dinâmicas do protestantismo nacional.

Essa constatação também levou o Pp a apostar no processo pastoral da releitura bíblica, procurando reencontrar um elemento protestante nessa experiência pastoral. Os modelos da pastoral popular, criados sobretudo por setores romano-católicos, apresentavam-se deficitários para o público dos "bancos de igrejas" protestantes. Iniciou-se, assim, um projeto de releitura bíblica com uma ótica protestante, resgatando dessa ótica as fontes da leitura bíblica.

A década de 1980 foi, também, sem dúvida, de intensa disputa sobre a pertinência da Teologia da Libertação (TdL), com implacável perseguição institucional a importantes teólogos: dispensa de professores da PUC-RJ, silêncio "obsequioso" de Leonardo Boff, punições diversas. Foi momento de

dia, também, na relevância ecumênica que possuía.

Mas isso não impediu a crítica lúcida às distorções advindas de uma certa exacerbação pastoral de setores a ela vinculados. O primeiro desses equívocos, analisados e denunciados pelo Pp, foi a falta de distinção entre os momentos teológico e pastoral. Muito disso se deveu ao contexto histórico que vivíamos. Além disso, constatou-se audazmente o deslize de uma determinada ótica de pastoral popular que endeusava o "povo", o que impedia uma aproximação mais real. Esse endeusamento, que privilegiava a dimensão organizativo-política da pastoral, desprezava o aspecto da construção e vivência do imaginário simbólico-religioso, especialmente o litúrgico. A essas distorções nos referíamos como ideologia da pastoral: um conjunto de medidas e regras

que tinha por fim precípua a organização política popular, que nascia na comunidade e era concluída no partido.

Exatamente por essa visão crítica da pastoral e sua inspiração teológica, a atividade do Pp era mais desafiada a enfrentar os conservadorismos das instituições eclesiais. Encontrar espaços dinâmicos e abertos a construir sinais dos tempos, muitas vezes enfrentando resistências das burocracias eclesiais, foi uma árdua tarefa do Pp. Fiel a seu mandato ecumênico, o Programa pôde alimentar as "ilhas de dissidência".

As atividades do Pp dirigiam-se, especialmente, aos agentes intermediários. O Programa sempre entendeu-se como uma instância de serviço aos agentes de pastoral, protagonistas das renovações pastorais e teológicas. Os problemas e desafios da pastoral eram advindos das práticas desses grupos. Esse é um dos motivos que levou o Programa a privilegiar os mecanismos de comunicação sistemática, como livros e sobretudo periódicos, investindo em processos alternativos de formação e informação.

Tal modo de pensar e agir levou o Pp a experiências originais no campo da pastoral, como o apoio à formação e desenvolvimento da Pastoral Ecumênica da Terra (PET), em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. A PET era uma experiência desenvolvida pelas igrejas Metodista (1ª Região, correspondente ao estado do Rio de Janeiro) e Romano-Católica (Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti), a partir de situações concretas dos lavradores de Xerém. A PET tem sido um processo inédito nas experiências de pastoral da terra no País, quer por sua ecumenicidade, quer por sua proposta pastoral.

Outra discussão original que o

Pp desenvolveu nesse período foi acerca das experiências de formação popular. Gerou-se a “mandala” (1987), nome dado internamente a uma crítica elaborada às propostas de formação centradas em modelos racionalistas, que apenas visavam a assim chamada formação da consciência (crítica

ça dos paradigmas que orientavam as alternativas de esquerda, cujo símbolo foi a queda do Muro de Berlim; a mundialização; e o neoliberalismo. Tornam-se muito mais urgente novas formas de compreensão, até mesmo teológicas.

Nesse contexto temos refletido sobre a necessidade de tematizar

gico na reflexão sobre o tempo oportuno, tempo de Deus (*kairós*), na denúncia de toda falsa segurança (idolatria) e no anúncio do horizonte utópico transcendentamente imanente, o já-ainda não (Reino de Deus).

Também é fundamental apoiar-se numa teologia que denuncie e compreenda a lógica do sistema. Sem dúvida, essa contribuição está sendo feita por aqueles que têm realizado a crítica teológica à Economia Política, também conhecida como Teologia e Economia. A denúncia da idolatria do mercado, com o mito neoliberal do mercado total, assim como de seu espírito sacrificial, possibilita uma consciência mais factível, que não se ilude facilmente com insinuações enganosas de poder.

Isso tem alimentado e fortalecido o apoio do Pp à pastoral popular, de modo especial à experiência das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Romano-Católica (CEBs), que, apesar de trinta anos de caminhada, continuam sendo uma demonstração da vitalidade e jovialidade do cristianismo brasileiro. Sobretudo, o Pp tem-se interessado em apoiar a radicalização das experiências ecumênicas “de base”.

Nesse sentido, a história do Pp se encerra com a alvorada de outra história. Isso se deu com a Primeira Jornada Ecumênica. Foram mais de quatro centenas de pessoas, de todo o País, reunidas por uma semana em Mendes-RJ, com a presença do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Konrad Raiser. A Jornada foi um balanço do ecumenismo no Brasil, mas, mais que isso, significou a consumação de um processo que se dá nas bases e a expressão de um desejo: com unidade na diversidade construir as esperanças neste país.

Texto elaborado pela equipe do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.



Arquivo do CEDI

Reunião da equipe do Pp

ou não). Criou-se, dessa maneira, uma proposta mais ampla, procurando observar as inter-relações das esferas psíquicas, somáticas e pneumáticas da pessoa humana.

Além disso, a equipe do Pp esteve diretamente envolvida na história da motivação e organização do movimento ecumênico no Continente, motivando o CEDI a ser membro fraterno do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), fundado em 1982. Isso sem falar da participação na fundação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) no mesmo ano.

ALIANDO LIBERTAÇÃO E PROSCRIÇÃO

O final dos anos de 1980 presenciou novo panorama. Poderíamos assinalar, ainda que caricaturalmente, pelo menos três grandes temas a serem enfrentados: a mudan-

novas experiências eclesiológicas e reflexões teológicas que têm-se dado. A maneira pela qual os cristãos se organizam para a vivência da fé situa-se além das atuais formas institucionais. Não há apenas ilhas de dissidência internas, mas experiências múltiplas de organização. É necessário, por isso, retomar o tema da eclesiologia da diáspora, como outrora elaborado por Richard Shaull. Além disso, impõe-se uma discussão do ecumenismo para além do nível institucional, dos limites das igrejas cristãs e do próprio cristianismo. A isso temos chamado transconfessionalidade.

É sobremaneira necessário aliar à reflexão teológica da libertação o tema da proscrição. A Teologia da Proscrição assume o fenômeno extensivo da opção profética anti-sistêmica, que tem seu tripé teoló-

JORNADA NAS ESTRELAS

Paulo Roberto Salles Garcia

Após 32 anos da realização da Conferência do Nordeste, evento que sacudiu o mundo ecumênico e evangélico devido à sua ousadia e originalidade, aconteceu a 1ª Jornada Ecumênica. Sua principal importância foi discutir os temas que afligem e desafiam o ecumenismo brasileiro às portas do terceiro milênio

Durante quase uma semana (11 a 16 de outubro), mais de quatrocentas pessoas de todo o País e do exterior — entre teólogos, agentes de pastoral, estudantes de teologia, pastores e leigos em geral — se reuniram em Mendes/RJ para discutir os impasses e desafios do ecumenismo brasileiro. Foi a 1ª Jornada Ecumênica, já considerada um dos mais importantes eventos ecumênicos dos últimos anos realizado no Brasil.

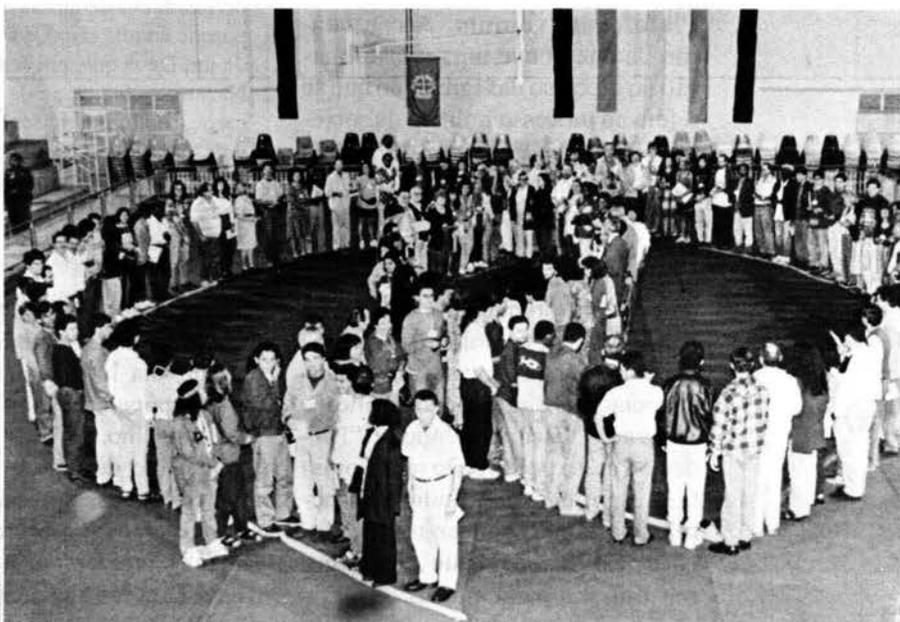
O encontro, promovido pelo Programa de Assessoria à Pastoral (CEDI) e por KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço, em conjunto com os Conselhos Mundial de Igrejas (CMI), Latino-Americano de Igrejas (Clai), Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), concentrou-se numa

temática atual e desafiadora diante da pauta que se apresenta neste final de milênio. A partir de três blocos (Unidade Cristã, Igreja e Sociedade e Diálogo Pluricultural), os presentes participaram de oficinas cujos temas foram: Bíblia e Unidade, Liturgia e Simbólica, Espiritualidade e Formação, Teologia e Política, Teologia e Economia, Cidadania e Dignidade, Teologia Negra, Novos Movimentos Religiosos e Mulher e Teologia.

A Jornada Ecumênica reuniu especialistas de diversas áreas — teólogos, antropólogos, pastores, biblistas, sociólogos — para trazer uma contribuição particular ao debate, entre os quais Paulo Ayres Mattos, Milton Schwantes, Paulo

Cezar Botas, José Oscar Beozzo, Julio de Santa Ana, Jung Mo Sung, Zwinglio Dias, Elter Dias Maciel, Nancy Pereira, José Bittencourt Filho e outros. Além destes, destaca-se a presença do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, Konrad Raiser, que esteve pela primeira vez no Brasil e acompanhou os seis dias da Jornada.

Denúncia e anúncio. Uma das discussões que mais tem chamado a atenção dos cristãos — o projeto neoliberal e a globalização da economia, em curso em todas as sociedades — também ocupou espaço na Jornada. Há algum tempo presente na ordem do dia de estu-



Douglas Mansur

Quatrocentas pessoas de todo o Brasil e do exterior partilharam o sonho ecumênico em Mendes

diosos e intelectuais cristãos, a crítica teológica à economia política tem descarregado sua munição contra o neoliberalismo e suas graves conseqüências para a maioria da população mundial, como exclusão e empobrecimento. Baseada principalmente na sacralização do mercado, a doutrina tem pregado a competição, o individualismo e o egoísmo, em detrimento do sentido comunitário e de solidariedade que deve existir entre as pessoas.

Segundo análise desenvolvida na oficina sobre Teologia e Economia, Jung Mo Sung, leigo católico, afirmou que o neoliberalismo cria uma consciência social cínica, que vê o sofrimento social como sacrifício necessário e inevitável. Ao lembrar que os cristãos devem assumir uma postura contra esse tipo de ideologia, o grupo destacou a urgência de uma denúncia do processo idolátrico ora instalado no mundo. "É importante que anunciem as boas-novas do Evangelho articulando-as com as grandes questões que o ser humano vem vivendo", concluíram os integrantes da oficina.

Plataforma comum. A constatação de que houve uma transformação no discurso das igrejas no que se refere ao processo político da sociedade foi também ponto de partida para outra reflexão, dessa vez voltada para a relação entre Teologia e Política. O grupo que fez parte da oficina sobre esse tema ressaltou, porém, que tal mudança não trouxe consigo a clareza teológica necessária, o que tem provocado um distanciamento da dimensão simbólica e afetiva do discurso religioso. "Perdeu-se nessa politização reducionista a espiritualidade tradicional necessária para responder às inquietações pelo transcendente", destaca o relatório dos participantes.

Segundo o grupo, é necessário que o projeto político das igrejas identifique-se com o discurso de

RITO DE PASSAGEM

O clima celebrativo e festivo foi uma das marcas da 1ª Jornada Ecumênica. Em todos os momentos litúrgicos — e também fora deles — ficou clara a criatividade dos participantes em celebrar a alegria e a vida. E isso refletiu-se no documento elaborado a partir das reflexões feitas. Sob uma forma poética e leve, a "Carta de Mendes" definiu a Primeira Jornada Ecumênica como um Rito de Passagem. O ponto de chegada é Mendes, finalizando uma caminhada que passou por Igreja e Sociedade na América Latina (Isal), pela Conferência do Nordeste, pela "seca" de 1964 e dos anos seguintes. "O ponto de partida", destaca o documento, é "(os participantes) terem vivido estes dias lado a lado, para cantar, bater palmas, e dispostos mais do que nunca a serem um".

A Carta deu ênfase à diversidade e à unidade. Conforme assinalaram os participantes, "não podemos deixar de gritar que decidimos ser mulheres e homens que se amam em meio a nossas diversidades de etnias e culturas, porque fomos criados à imagem de um Deus que, em Jesus de Nazaré, se fez carne de toda carne, feminina, masculina, com peles vermelhas, morenas, negras, brancas, amarelas, e nos pede o coração".

Fonte: "Carta de Mendes"

Jesus, que foi o de resgate da dignidade do ser humano. E mais: elas devem influenciar os movimentos populares com os valores do Evangelho.

Que tipo de relação é possível manter com as expressões religiosas que emergem e crescem com tamanha rapidez em nossa sociedade? Esta foi a principal indagação que se fizeram os participantes da oficina sobre Novos Movimentos Religiosos. Após uma incursão

sobre esse fenômeno — na qual não faltaram informações sobre Igreja Universal do Reino de Deus, Nova Era, movimentos carismáticos e outros —, ficou claro que há necessidade de se entenderem a natureza e a forma como esses movimentos conseguem aglutinar tão grande quantidade de pessoas.

O grupo fez *mea culpa* ao reconhecer que, de certa forma, esses movimentos respondem a algumas necessidades e anseios dos que a eles se dirigem, coisa que as igrejas históricas não têm privilegiado. O que na verdade as expressões religiosas fazem é rein-



terpretar "uma realidade ruim, proporcionando um novo quadro no qual as coisas são reorganizadas", salientaram os participantes.

Entre as pistas apresentadas pelo grupo está a necessidade de se compreenderem melhor esses movimentos, já que se trata de diversas categorias complexas envolvidas. A tarefa mais importante, todavia, será estabelecer uma plataforma comum para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso e pluricultural, baseado na defesa da vida.

Grandes nós. A conferência do secretário-geral do CMI, Konrad Raiser, deu a medida certa dos desafios do movimento ecumênico apresentados durante a Jornada. Unidade e diversidade foi um aspecto levantado por ele. A seu ver, é preciso perceber e reconhecer o que é verdadeiramente diferente. Trata-se, na perspectiva do teólogo, de um desafio ecumênico desenvolverem-se possibilidades de entrar em contato com os “que não vão-se tornar como nós somos”. “Como desenvolver a capacidade de permitir ao outro ser diferente de nós sem querer do-

NÚMEROS DA JORNADA

Se depender de representatividade, a 1ª Jornada Ecumênica pode ser considerada um grande sucesso. Dos 27 estados do Brasil, 23 estiveram presentes — a maioria oriunda da Região Sudeste (47%), seguido pelo Nordeste (26%) e Sul (11%). Do exterior, onze países compareceram, dos quais grande parte da América Latina.

O encontro foi eminentemente ecumênico. Vinte e oito confissões cristãs do País e do exterior foram representadas, com destaque para as igrejas Católica Romana

(29,9%), Metodista (27,2%) e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (8,2%). A novidade foi a participação de membros de diversas igrejas pentecostais, como Evangélica Assembléia de Deus, Congregação Cristã, Evangelho Quadrangular e Congregacional.

Outra característica interessante: além da maioria jovem (57%), a Jornada reuniu 63% de leigos, enquanto 30% eram clérigos (pastores, bispos, etc).

Fonte: Arquivo do autor



Rev. Konrad Raiser (segundo à esquerda), secretário-geral do CMI, participou da celebração de abertura e de todos os momentos da Jornada

Douglas Mansur

miná-lo, defendê-lo e excluí-lo?”, questionou ele.

A busca de novos paradigmas também foi objeto de reflexão por parte de Konrad Raiser. Segundo apontou, até agora “não passamos para além da análise crítica”. Ele considera que temos demonstrado como o mercado aumenta e privilegia a exclusão, mas estamos inaptos para desmascarar o sistema global.

Finalmente, Raiser chamou a atenção dos participantes para a necessidade de explicitar o que ecumenismo significa para os cris-

tãos hoje. “Devemos ser mais claros sobre a questão da unidade da Igreja”, enfatizou. Indagado acerca do macroecumenismo, ele ponderou se, ao tratar desse assunto, não se estaria afastando dos problemas que existem dentro das igrejas. “É preciso afirmar o diálogo com outras religiões, porque isso é essencial para nosso entendimento sobre o ecumenismo; todas as oportunidades que se criarem nesse sentido devem ser aproveitadas. Todavia, isso não deve substituir a agenda que temos no interior do movimento ecumênico”, concluiu.

Outros assuntos abordados — releitura bíblica ecumênica e latino-americana, importância da mulher no fazer teológico, uma teologia negra com raízes brasileiras, a tarefa pastoral diante da violência e da exclusão, e a necessidade de uma espiritualidade encarnada — deram a exata dimensão da riqueza que significaram os debates realizados. Na verdade, foi essa a intenção dos organizadores da Jornada. Conforme assinalou Anivaldo Padilha, secretário-geral de KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço e um dos dirigentes do evento, nos últimos trinta anos o Brasil e o mundo passaram por transformações muito profundas, e os desafios que se apresentam hoje requerem uma análise a mais completa possível sobre os temas que envolvem a presença na Igreja na sociedade. “Na verdade, não tivemos a intenção de responder às questões apresentadas nem mesmo de esgotar o assunto. A Jornada foi o início de um processo o qual, espero, seja duradouro”.

Paulo Roberto Salles Garcia é jornalista metodista e integra a equipe de KOINONIA — Presença Ecumênica e Serviço. Coordenou a Assessoria de Comunicação da 1ª Jornada Ecumênica.

MULA-SEM-CABEÇA

Já era bem tarde da noite. A família havia viajado. Eu estava só, na minha casa. Mas isso não me perturbava. O silêncio só era quebrado pelo ruído distante dos carros que passavam de vez em quando. Acendi as minhas velas, pois elas são boas companheiras de solidão. Coloquei o disco das "Variações de Goldberg", de Bach. Preparei um Jack Daniels, que para mim é muito mais que um bourbon — é uma bebida sacramental, onde moram muitas memórias de amizades. Peguei um livro de poesia — se não me engano os poemas de T. S. Eliot. E preparei-me para gozar momentos de tranqüilidade.

Mas a tranqüilidade não veio. Sentia-me inquieto. Uma sensação inexplicável de proximidade da morte.

Tratei de fazer funcionar meus poderes cartesianos de idéias claras e distintas para ver se conseguia exorcizar aquela presença sinistra. Concluí, racionalmente, que não havia razão alguma objetiva para os meus temores. Minha saúde era boa. Conferi o pulso. Meu coração batia de forma regular e segura.

Mas o medo continuava.

Lembrei-me, então, do velho ditado: "Médico, cura-te a ti mesmo!". Psicanalista, eu deveria me valer do mesmo remédio que receitava para os meus pacientes: associações livres: deixar o pensamento voar solto, sem nenhum controle. Pois o pensamento solto é como o burrinho pedrês, do conto de Guimarães Rosa: ele acha sempre o caminho de casa, mesmo que o cavaleiro esteja bêbado, mesmo que a noite seja escura, mesmo que a tempestade seja grande.

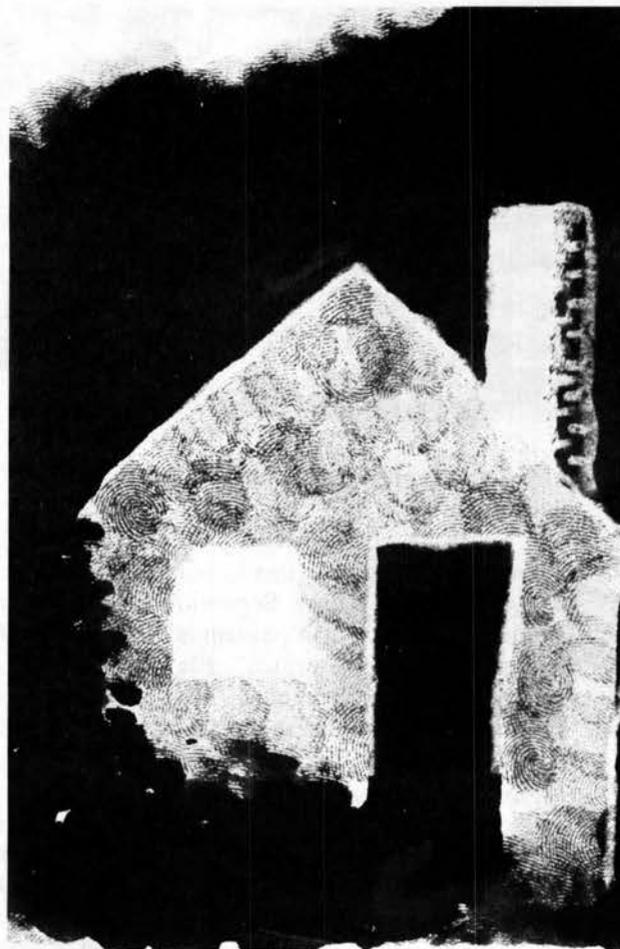
Soltei os meus pensamentos, e eles logo me conduziram ao lugar de onde o medo vinha. Era uma oração que minha mãe me fazia repetir, antes de dormir: "Agora me deito para dormir. Guarda-me, ó Deus, em teu amor. Se eu morrer sem acordar, recebe a minh'alma, ó Senhor. Amém".

Você me dirá que coisa mais inocente que esta oração infantil não pode existir, e que não havia razão alguma para que o meu medo nascesse dela. Que mal podem fazer umas

poucas palavras repetidas antes de dormir? Acontece que as palavras são entidades mágicas. Elas têm o poder de amarrar as coisas... E o que a oração fazia era amarrar, numa fundura mais funda que o entendimento, estas duas coisas: a noite, a hora de dormir, e a morte.

Bastou que eu me lembrasse para que o feitiço fosse quebrado e eu pudesse gozar da tranqüilidade da noite tal como eu havia planejado...

Mas aí os meus pensamentos começaram a se perguntar sobre essa estranha relação entre a noite e o sinistro. Uma coisa é certa: isto não foi inventado pela oração que minha mãe me fazia repetir. Aquela oração era só uma pequena variação de uma suspeita geral que



assombra o espírito humano: de noite os poderes da morte ficam mais fortes. Como se eles tivessem permissão para sair dos lugares onde ficam presos durante o dia. É de noite que aparecem os fantasmas, os lobisomens, os vampiros, as mulas-sem-cabeça...

Diferentes dos vampiros, que ganharam repentina fama cinematográfica, das mulas-sem-cabeça ninguém se lembra. Mas eu me lembrei delas ao reler um artigo de Borges sobre os pesadelos em que ele observa que essa palavra, em inglês, tem o curioso nome de *nightmare*, que significa, literalmente, "égua da noite". E Shakespeare entendeu a palavra assim mesmo, tanto que separou as suas partes: *I met night mare* (encontrei-me com a égua da noite). E Victor Hugo, num de

seus poemas, fala sobre "o cavalo negro da noite". Com certeza, observa Borges, ele estava pensando na palavra inglesa *nightmare*. Pensei então que a mula-sem-cabeça, que sempre aparece de noite, deve ser uma versão portuguesa da mesma entidade.

Pesadelo, *nightmare*, égua noturna, o cavalo negro da noite, mula-sem-cabeça — são todas variações plásticas da mesma suspeita: a noite é o tempo em que as potências sinistras nos visitam. E com elas vem o medo.

Mas não são todas as horas da noite. Mula-sem-cabeça não aparece às 7h30 nem às 4 horas. A morte prefere a hora em que a escuridão é mais profunda, meia-noite. No mundo da ficção, que conta a verdade da alma, é sempre à meia-noite que o sinistro bate à porta.

E nem são todos os dias. Há os dias da quaresma, quando o diabo anda solto pelo mundo, as sextas-feiras, os dias 13, as noites de lua cheia, os 31 de dezembro. Dia mais propício para o espanto não existe pois à meia-noite se anuncia que o tempo passou. Talvez seja este o terror, a passagem do tempo...

Compreende-se, portanto, que essa seja noite em que as éguas noturnas e as mulas-sem-cabeça andem soltas pelo mundo. Daí que ninguém queira ficar sozinho em casa, ouvindo Bach, tomando Jack Daniels e lendo poesia. Tratamos de nos fantasiar de meio-dia, com roupas brancas, buscamos companhia barulhenta, e fazemos a festa — pois sabemos que as criaturas noturnas aí não aparecem. Se aparecerem pensaremos que se trata de mais um fantasiado...

Tudo menos a noite solitária! Pois não queremos ver a criança amedrontada que mora em nós e que, diante do escuro, repete a antiga oração escrita no fundo da alma:

"Agora me deito para dormir. Guarda-me, ó Deus em teu amor. Se eu morrer sem acordar..."

Tudo menos isso!



Vanda Freitas

APELO EM FAVOR DE RUANDA

Em declaração distribuída ao final de uma reunião de dois dias em Genebra (17-18 de outubro), a Ação Mundial da Igreja — Ruanda (CWA-R, em inglês) expressou profunda inquietação “com relação à aparente inabilidade das Nações Unidas em responder de forma efetiva e a tempo à urgente situação dos direitos humanos em Ruanda”.

CWA-R representa um esforço ecumênico coordenado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e pela Federação Luterana Mundial (FLM) em cooperação com igrejas e agências aliadas de todo o mundo para dar uma resposta significativa às necessidades humanas em Ruanda e nos países vizinhos.

Durante o encontro de Genebra, cerca de cinquenta representantes de vinte agências e aliados do mundo inteiro perceberam progressos em relação às ajudas humanitárias, reconstrução de comunidades, luta pela paz e reconciliação e informações sobre os efeitos da tragédia de Ruanda sobre seus

cidadãos e sobre os dos países vizinhos.

Instabilidade e medo. Enquanto as igrejas da África e seus parceiros ecumênicos internacionais assinalaram “progresso significativo” em ajudar as pessoas e comunidades deslocadas, a declaração mostra que a situação em Ruanda continua “instável e insegura, impedindo o pronto retorno de refugiados a seus lares”.

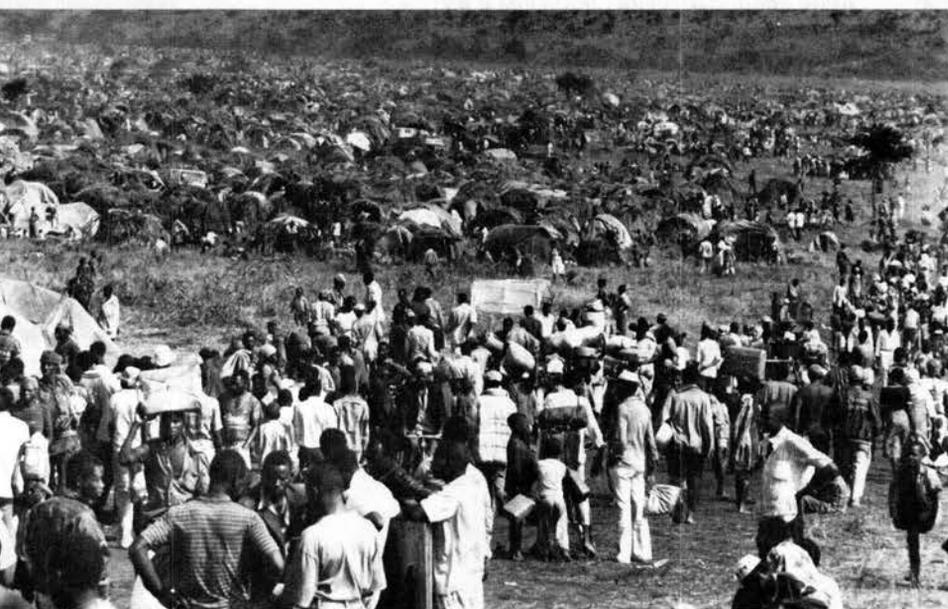
A declaração destaca ainda que “esta situação é, em parte, resultado da incapacidade das Nações Unidas de implementar recomendações e decisões no campo dos direitos humanos.

“Uma série de relatórios preparados por especialistas da ONU, comissões de inquérito, oficiais de alto nível e representantes especiais da Secretaria-Geral que visitaram Ruanda desde o início da crise têm repetidamente recomendado ações por parte da comunidade internacional a fim de restaurar a confiança e a autoridade da lei

naquele país. Essas recomendações incluem: criação de um tribunal internacional para identificar e levar à justiça os responsáveis pela organização dos massacres e de uma Comissão de Especialistas para estabelecer os fatos ligados às graves violações dos direitos humanos e possíveis atos de genocídio; nomeação de um número substancial de defensores de direitos humanos; implementação de um sistema de monitores de paz; e criação de uma “Comissão de Verdade” e de um judiciário nacional eficiente.

“Seis meses após o começo desta crise, de fato nenhuma das medidas foi totalmente implementada. Somente vinte defensores de direitos humanos foram nomeados até o momento, e deste número vários desistiram devido a uma falha da ONU em equipá-los adequadamente para a missão a eles confiada, em estabelecer um mandato claro ou em providenciar uma coordenação efetiva. A Comissão de Especialistas, criada pelo Conselho de Segurança em 1º de julho, viajou a Ruanda somente no final de agosto. Seu relatório inicial foi publicado somente em 4 de outubro. Nenhuma iniciativa foi tomada para colocar defensores de direitos humanos no campo ou para dar assistência solicitada para a criação de um judiciário nacional imparcial.

“Em parte como resultado destes indesculpáveis atrasos, governos estrangeiros e instituições financeiras internacionais atrasaram ou retiraram as promessas de assistência ao atual governo de Ruanda, sem a qual sua capacidade de administrar a nação fica totalmente inviável. Soma-se a isso o clima de medo, suspeita e instabilidade política.



Don Edkins / CMI

ORIGEM DA TRAGÉDIA EM RUANDA

Ruanda é um exemplo de que a violência nos países africanos não é causada apenas por conflitos tribais, como diz a grande imprensa. É, em grande parte, consequência da colonização e da militarização do continente, fomentadas pela venda de armas.

A Bélgica colonizou esse país de 1916 até 1962 (quando foi declarada a independência) usando o clássico modelo de "dividir para governar". Os ruandeses se dividiam em *tutsis* e *hutus*, de acordo com o papel que desempenhavam na economia do país: os *tutsis* são criadores de gado, e os *hutus*, agricultores. Falam a mesma língua e descendem do mesmo grupo, os *baniwandu*. Na época feudal, a riqueza se media pelo número de cabeças de gado; assim, os *tutsis* eram a classe dominante, que tinham até um exército para garantir a posse de terra para pastos.

Os belgas incentivaram essa divisão, classificando todos os ruandeses que tinham menos de dez cabeças de gado como *hutus*, e até o final da década de 1940 só proporcionavam educação aos *tutsis*. Portanto, a divisão parece ser mais de classe que étnica, pois um *hutu* pode se tornar *tutsi* ao adquirir riqueza e vice-versa.

A violência foi crescendo devido à exploração dos *hutus* pelos *tutsis* e começou a explodir a partir de 1959. Estes começaram a buscar a independência, e os belgas passaram então a apoiar os *hutus*, e permitiram que se formassem vários partidos políticos, segundo as divisões étnicas. Um dos partidos *hutu* conseguiu o poder após a independência. Foi o começo de tudo o que assistimos hoje.

Fonte: REDE — Boletim dos Cristãos de Classes Médias, nº 19, julho/94.

Medidas urgentes. "Os participantes, durante o encontro de coordenação da Ação Mundial da Igreja — Ruanda, decidiram apelar urgentemente aos estados-membros das Nações Unidas para corrigir essa situação. Eles insistiram nas seguintes medidas:

"1. Esclarecimento sobre o mandato para um programa de defesa dos direitos humanos, a provisão de recursos adequados e a criação imediata de um sistema efetivo de coordenação, treinamento e nomeação de um número significativo de defensores de direitos humanos em Ruanda.

"2. Formação e rápida instalação de uma 'Comissão de Verdade' com um mandato claro e apropriado para as circunstâncias especiais de Ruanda, e a publicação de um relatório preliminar com as descobertas iniciais como medida essencial para gerar confiança.

"3. Organização de um tribunal internacional independente e imparcial, que responda às circunstâncias particulares de Ruanda e da região, e o início de um inquérito especializado voltado para o julgamento imediato dos principais organizadores dos massacres.

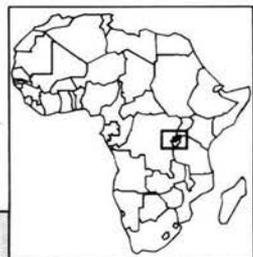
"4. Intensificação de esforços por parte da Secretaria-Geral das Nações Unidas, mediante seus préstimos, para obter um acordo negociado entre moderados no atual governo e a oposição, com o objetivo de criar um governo de coalizão capaz de restaurar a confiança de todo o povo e promover o desenvolvimento de um autêntico setor da sociedade civil.

"5. Atenção imediata, por parte das agências especializadas, para a provisão de serviços de assessoria técnica ao governo de Ruanda, para estabelecer uma administração civil efetiva, incluindo um judiciário imparcial e uma força policial civil.

"6. Liberação de empréstimos e doações pelo Banco Internacional

RUANDA

Nome oficial: República Ruandesa. **Capital:** Quigali. **Superfície:** 26.338 km². **População:** 7.347.000 habitantes. **Religião:** animismo (50%); cristianismo (40% entre católicos, protestantes e anglicanos); e islamismo (minoria). **Natalidade:** 50 por 1.000 habitantes. **Mortalidade:** 15,6 por 1.000 habitantes. **Mortalidade infantil:** 112 por 1.000 habitantes. **Vida média:** 48,8 (homens) e 52,2 (mulheres). **Analfabetos:** 49,8%. **Natureza do regime:** República parlamentarista com chefe de Estado forte. **Economia:** agricultura (37,9%); indústria (21,6%); mineração (0,2%); comércio (12,7%); e serviços (27,6%). **Inflação:** 9,5%. **Dívida externa:** US\$ 844,6 milhões.



Fonte: Almanaque Abril/1994.



para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial) e por outras agências intergovernamentais competentes, e o seu envio antecipado, de tal maneira que fortaleçam o processo de negociação da paz e a capacidade da administração civil para prover as necessidades imediatas e imperativas da população.

"7. Revisão completa do sistema de coordenação dentro do sistema de resposta das Nações Unidas a tais situações de crise, com vistas a criar linhas claras de autoridade e uma integração efetiva e/ou coordenação de funções."

COM A BÍBLIA NA ESQUINA

Milton Schwantes

Na esquina, você olha para os lados. Ela o convida a uma panorâmica. Essa é sua tarefa. Os lados, a frente, até o que se passou — assim é uma esquina.

A Bíblia está em tal esquina. A leitura bíblica vai como numa encruzilhada. Vai para várias direções.

Muita estrada já ficou para trás. Muita calçada foi sapateada, pé ante pé. Mas, também, novos quadros se oferecem diante de nós. Novos panoramas se abrem.

No caminho, o trajeto feito é parte da estrada. Fica para trás, mas não superado e sim como presença contínua. Caminho percorrido é parte integrante do caminho.

Aliás, pelos sapatos se vê onde se andou. Neles ficam coisas que não desgrudam. Sapatos são histórias, são experiências que ficam. Dão marcas. Trazem arranhões, mas, em especial, experiências.

O que foi, não passou. Fica. No uso da Bíblia entre nós, é mais ou menos como com os chinelos de dedo. Têm as marcas das caminhadas feitas. Você logo percebe por onde alguém andou quando repara em seus pés, em suas mãos. Lá estão histórias. Dores e alegrias neles se estampam.

Na leitura da Bíblia é meio que deste jeito. Pelos sapatos, quer dizer, pelas palavras, gestos, rezas, cantos, jeito de ler, experiências nomeadas, por essas coisas todas você logo capta os caminhos andados. Você percebe por onde andaram as pessoas e seus sapatos nestes últimos anos.

Nos “caminhos da América”, é mesmo desse jeito. Já captamos

umas tantas coisas. Há certos pós que se fixaram em nossos pés. Já nos dão uma marca.

Um desses pós que grudaram é a leitura da Bíblia em comunidade. Não ler sozinho, eis a questão!

Por certo, não fica proibido ler sozinho, estudar com força. Tudo isso também é bom. Mas pegamos o gosto pelo grupo bíblico, pelos círculos, pelos encontros bíblicos. Essas celebrações são o ninho em que o coração renasce para um novo gosto por histórias novas. O grupo é o que dá gosto. Ouvindo e falando, se abrem as consciências. Renovam-se corações.

Que seria da gente, como bibliasta, sem os círculos bíblicos? Sem os encontros? Sem as partilhas e os mutirões bíblicos? É até difícil imaginar. É que a gente já tem o gosto pelo que é conjunto, pelo que é leitura grupal.

Não me refiro só ao nível da leitura popular. Refiro-me também a nós, exegetas, mulheres e homens. Nascemos como agrupamento e assim fomos por novos caminhos. Sozinhos teríamos feito, cada qual, velhos caminhos.

Até diria que há, na verdade, por aí duas leituras: a que se vai fazendo em grupo, no caminho da parceria, e a que fica em contrapassos, estabelecendo afirmações solitárias. Um novo exegeta, uma nova exegeta é o que vai junto no caminho. Um ou uma velha é quem fica para si. Só, não há dança, nem celebração.

Essa gana por contato se estabelece não por acidente e acaso. É a realidade que vem animá-la.

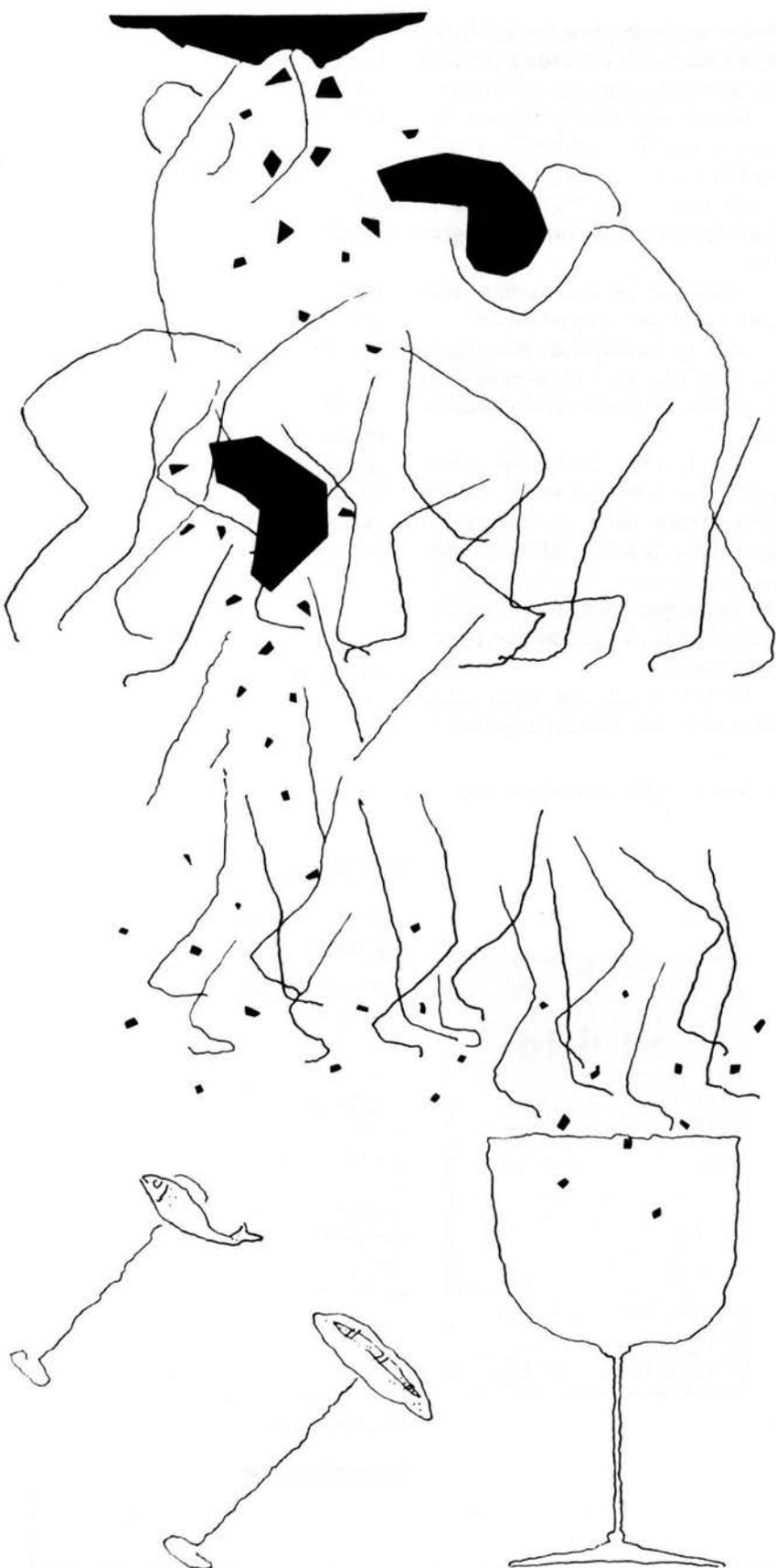
Há por toda parte uma vida aos

pedaços. Com ela já não há quem se satisfaça. Esse mal-estar, criado pela ditadura, nela e depois dela, com essa espoliação desenfreada, é um apelo que está em nossos olhos, em nossas falas, por todas partes.

É mesmo o real, não tanto o da moeda, mas bem mais a miséria mesma. A realidade nos enche por dentro e por fora, quando vamos aos textos. Está grudada na gente. E já vamos querendo saber: Como viviam esses aí do texto bíblico? E já começa a assimilação, a aproximação, de lá e de cá.

É mesmo a *experiência real*, diária de dor e logo de esperanças, que empurra a leitura da Bíblia. Mil vezes já juramos que não seríamos tão imediatistas, que não lidaríamos de jeito tão sem distância, que não faríamos aquelas aproximações entre o nosso e o mundo da Bíblia — “tão diferente!”, como costumamos fazer ecoar, para que todos entendam que não somos fundamentalistas de esquerda. Mas, após as mil juras, lá já estamos interligando cá e lá. Vamos interconectando a experiência que temos e as dores que lemos. Correlacionamos as esperanças que ainda temos com as muitas que na Bíblia vão transbordando.

Eis nossa vocação! Temos que integrar as realidades que passam pela Bíblia com as que atravessam nossas vidas. Bíblia e nossa solidariedade com a vida sofrida na miséria, temos que colocá-las em contato! (E quem não tem tal solidariedade já não é deste planeta, é algum extra-terrestre, por certo!)



É nossa vocação de biblistas, brasileiros e latino-americanos: a correlação!

Parece que aí não há remédio que nos remedie, por mais que nos critiquem e até esculhambem. Porque, como dizem, estamos a misturar, a nivelar, a unilateralizar, a perder a dimensão das alturas e a ter outros defeitos.

Mas é assim: Quem aqui está, convive com os pobres. Ou que vá a Miami, só que lá também eles estão, iguaizinhos.

Então é o real do dia-a-dia miserento que nos afeta ao abrir as páginas da Bíblia. Estas nos ajudam a dar de cara com dores e utopias, a cheirar esse fedor que emana da espoliação. E também a cheirar os perfumes que nascem das esperanças, pequenas que sejam, pois afinal todas são pequenas, as grandes talvez nem existam.

Haveria esperança maior que aquela pequena de salvar das garas dos Herodes uma só criancinha de berço? E eis que este feito de nada salvou nada menos que o Salvador!

Mas, então, se a realidade é tão marcante, nem texto precisa! "Feche a Bíblia, fique na prática!". Ingênuos assim o diriam, pensariam. Novatos nos caminhos da Bíblia até o diriam. Euforias da hora. Também as há, por que não? Mas, quem seriam esses tais que estariam a abandonar a Bíblia? Gente, contrário! Quem mais se mete na prática dos pobres, mais gana tem em entender a memória dos pobres, no texto da Bíblia.

William Seewald



Não me esqueço. Em Cacimbina, lá nos interiores de Crateús, Ceará, um senhor de setenta anos, de nome Seu Chico, andou seis quilômetros, com a Bíblia debaixo do braço, para conversar comigo sobre trechos da Bíblia. Abriu a Bíblia e foi perguntando sobre umas e outras letras. Homem agarrado ao texto, este.

Não me canso de admirar que cursistas de Bíblia se metem a estudar grego e hebraico, para entender melhor a memória dos pobres, pela Bíblia. Sim, e quantas não são as novas traduções feitas pelo Brasil afora. É uma enxurrada de novas versões. De tantas que há, dizem até que faz falta uma que seja oficial.

Que bom que haja tantas! E, afinal, a oficial resultará em mais outra. Bem vinda!

Minha gente, estamos lutando pelo texto da Bíblia. Há gana de entendê-lo, estudá-lo, em seus originais.

É que de tanto mastigar essas folhas, até bem velhas, aprendemos a tirar-lhes o gosto. Ezequiel, o profeta, diria que viram mel, na boca, no estômago, por toda parte.

São coisas que a estrada nos põs nos pés. São os pós entre os dedos.

Amor ao texto, bem-querer à comunidade, solidariedade à realidade. São nossos amores, três de vez.

Nestes anos que passaram, tomamos águas dessas fontes. Entramos por essas portas, para usar a imagem de Carlos Mesters, que há tanto tempo já nos abria tais segredos.

Estes pós ficaram, comprovaram, pelos anos que passaram.

Mas, pelas esquinas novas portas já se abrem. Pois, estamos em esquinas, diante de novos panoramas.

A cada volta da estrada, novas paisagens. É mesmo assim. As que vimos foram belas, continuam belas. Aliás, às novas talvez só chegamos, porque as anteriores, de tão belas que eram, nos empurraram a novas, exigiram que fôssemos adiante.

Eu sei, o assunto aqui, nesta memória, não seriam propriamen-

te tais novas paisagens. Por isso, também não as evoquemos em altos tons. Mas, existiram memórias pela Bíblia afora que não fossem contos do novo que se anseia? do Espírito que nos põe na ponta dos pés para ver além, mais além, mais longe?

Os negros que o digam. Os negros que a citem. Pelos caminhos que andamos ainda bem pouco os encontramos, se bem que sempre estávamos em suas casas.

Fique este como um só exemplo do que pelas esquinas se avizinha. Sem estas novas casas, já não há liberdade para quem pelos desertos dos sonhos da libertação anos espera.

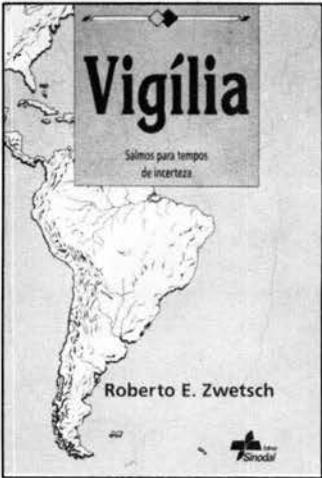
Miltón Schwantes é pastor luterano, biblista e integra a equipe de KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

VIGÍLIA

SALMOS PARA TEMPOS DE INCERTEZA

Roberto E. Zwetsch

Editora Sinodal



"Salmos são a vida. São mesmo a vida da gente, das gentes. Quando lá na Bíblia os lemos, pode dar-se até que nem percebamos que da vida é que falamos. Vêm tomados de santa linguagem. Ficam tão distantes. De tão longe que estão, parecem sem vida. Mas não é. São mesmo coisa da gente, da vida. Se não crê, então leia os salmos deste livro. Verá que aqui, como lá na Bíblia, salmos são coisas da vida — dura, às vezes triste, e também cheia de esperanças".

Milton Schwantes

ESCRavidÃO HOJE

Yvone Maggie

ESCRAVOS DA DESIGUALDADE:
ESTUDO SOBRE O USO REPRESSIVO
DA FORÇA DE TRABALHO HOJE
Neide Esterci
Rio de Janeiro, CEDI/KOINONIA, 1994
12,5 x 18,5 cm, 136 p

Tardamente, no século XIX, o Brasil aboliu formalmente a escravidão. A chamada “mancha negra” de nossa história convive na imaginação como um período de violência, de navios negreiros, do tronco, do pelourinho e de todo o castigo físico infringido àqueles que eram propriedade dos senhores. Escravidão é, assim, uma palavra que soa forte porque ecoa quase como a ferida de um povo que se acredita dócil e que almeja a democracia entre as “raças”.

Se a violência contra o escravo está presente, há também a visão do escravo revoltado. Na literatura brasileira, desde pelo menos o romance popularíssimo *A Escrava Isaura*, de Bernardo de Guimarães, que virou novela de TV, passando por *Ganga Zumba* e *Zumbi dos Palmares*, na filmografia, popularizou-se a idéia de que a resistência estava na rebelião e nos quilombos e de que a escravidão não deixava margem à outra saída — rebelar-se ou sujeitar-se.

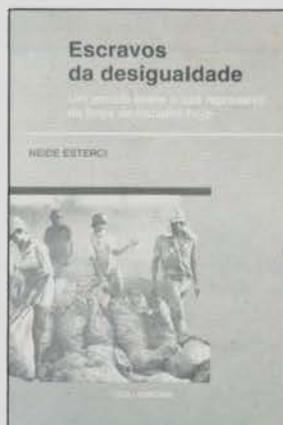
Muito tempo se passou até alguns historiadores descobrirem que entre esses dois pólos havia muita negociação e margem para os escravos construírem os próprios caminhos e que a história não estava apenas sendo dirigida pelos senhores. Hoje, já é mais fácil ver como os escravos construíram suas vidas não apenas na sombra mas como atores que foram de lutas menos heróicas e, no entanto, tão importantes. Há estudos sobre essa pequena história feita de pe-

daços na qual senhores tiveram que ceder e juízes aceitaram as razões da escravaria contra o arbítrio dos senhores.

O que significa, então, o termo “escravidão”, utilizado na segunda metade de nosso século? De que se está falando? O termo “escravidão branca”, ou simplesmente “escravidão”, começou a aparecer nos jornais e na fala de funcionários do Estado, juízes e militantes tanto no Brasil como no exterior referido a outro contexto mas com a marca de algo terrível que imobiliza e só deixa margem à rebelião ou ao mais triste servilismo. As descobertas com relação à escravidão no século XIX não foram assimiladas na compreensão da chamada escravidão hoje.

O livro de Neide Esterci, *Escravos da Desigualdade: Estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*, enfrenta, pela primeira vez, de forma sistemática, essa questão. A pesquisa teve muitos caminhos, alguns mais perto da ativa participação da assessoria, outros mais afastados dessa prática e mais perto do debate chamado “acadêmico”. O resultado de toda essa história é fascinante porque leva o leitor a pensar tanto prática quanto teoria.

Já na introdução, o livro discute a idéia mesmo de dominação e, de forma curiosa, revela que a mesma história pode ser vista de muitas maneiras se contada de outra forma. Nos capítulos seguintes descrevem-se os muitos contextos em que se fala de escravidão hoje e procura repensar o modo como essa categoria é usada na luta política. São muitas histórias de ho-



mens e mulheres no Brasil e em outros países que, descritas com toda a agudeza e dramaticidade, fazem pensar e com-

preender as atitudes dessas pessoas contra as quais são praticadas formas extremas de violência. O debate feito por meio desses muitos casos também surpreende porque apresenta as leis que, na visão mais cortante, tendem a favorecer os dominadores, também como limite ao arbítrio.

Alguns casos tratados com mais detalhes, como o de índios e “brancos” no Estado de Mato Grosso do Sul, mostram a relação entre tradição, costumes e dominação. Mas é justamente com a discussão da literatura sobre a questão da imobilização da força de trabalho no Brasil dos anos de 1960 e 1970 e com a descrição dos casos do Peru e de Moçambique que o leitor chega a um quadro mais trágico dessas situações vivenciadas pelas pessoas e é levado a compreender as muitas formas de reagir, negociar, conviver e viver nessas condições extremas.

Descrevendo biografias de jovens rapazes e moças, mulheres e homens adultos, famílias e velhos em uma miríade de situações particulares, pode-se ver com toda a clareza as muitas “formas de participação consciente e planejada de membros diferenciados dos diversos grupos na organização das saídas e no cumprimento das tarefas contratadas”.

Yvone Maggie é antropóloga, diretoria do IFCS/UFRJ, e autora do livro *Guerra de Orixás*.

1 9 9 4



C E D I

PASTORAL E ECUMENISMO

EDUCAÇÃO POPULAR

POVOS INDÍGENAS

MOVIMENTOS RURAIS

RELAÇÕES DE TRABALHO